



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BIOLÓGICAS APLICADAS - CCBSA
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LARISSA AIMI CASSINO

**O USO ESTRATÉGICO DO TERMO ‘AMÉRICA DO SUL’ NA RETÓRICA
PRESIDENCIAL BRASILEIRA (2003-2011) E SEU IMPACTO NO MERCOSUL:
ANÁLISE DO GOVERNO LULA**

**JOÃO PESSOA
2023**

LARISSA AIMI CASSINO

**O USO ESTRATÉGICO DO TERMO 'AMÉRICA DO SUL' NA RETÓRICA
PRESIDENCIAL BRASILEIRA (2003-2011): ANÁLISE DO GOVERNO LULA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado ao Departamento do Curso de
Relações Internacionais da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharela em Relações
Internacionais.

Área de concentração: Relações
Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Thalita Franciely de Melo Silva.

**JOÃO PESSOA
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C345u Cassino, Larissa Aimi.

O uso estratégico do termo 'América do Sul' na retórica presidencial brasileira (2003-2011) e seu impacto no Mercosul [manuscrito] : análise do Governo Lula / Larissa Aimi Cassino. - 2023.

60 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Thalita Franciely de Melo Silva, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA. "

1. Política externa brasileira. 2. Mercosul. 3. Construtivismo. 4. Lula. I. Título

21. ed. CDD 327.81

LARISSA AIMI CASSINO

**O USO ESTRATÉGICO DO TERMO “AMÉRICA DO SUL” NA RETÓRICA
PRESIDENCIAL BRASILEIRA (2003-2011): ANÁLISE DO GOVERNO LULA**

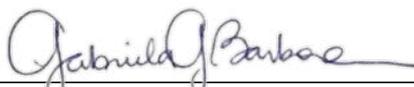
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Relações Internacionais da
Universidade Estadual da Paraíba como
requisito parcial à obtenção do título de
bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: 20/11/2023.

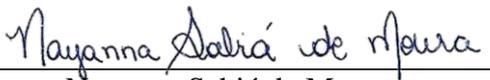
BANCA EXAMINADORA



Thalita Franciely de Melo Silva (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Gabriela Gonçalves Barbosa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Nayanna Sabiá de Moura
Centro Universitário Estácio do Recife

Com imensa gratidão, dedico este trabalho à minha amada família, cujo apoio e amor incondicional moldaram quem eu sou. Às amizades sinceras que iluminaram os caminhos desafiadores desta trajetória, meu mais profundo agradecimento. Este TCC é dedicado não apenas a mim, mas a todos aqueles que compartilham o ardente desejo de explorar e compreender as complexidades das relações internacionais. Que este trabalho inspire o anseio pelo conhecimento e promova o entendimento mútuo em um mundo interconectado.

AGRADECIMENTOS

Iniciar esta sessão de agradecimentos evoca em mim a sensação única de uma 'epifania', um momento de clareza e compreensão profunda, como tão poeticamente expressado por Clarice Lispector. Em sua sabedoria, ela nos lembra que cada jornada é repleta de momentos reveladores, e esta jornada acadêmica certamente não é exceção. Minha epifania se manifesta ao lembrar que escolhi cursar Relações Internacionais, uma decisão que, agora, confirmo ser a escolha certa com todo o meu coração. Essa jornada não é apenas uma série de eventos, é uma revelação contínua, uma confirmação de que a busca pelo conhecimento e a escolha de meu caminho acadêmico foram, verdadeiramente, iluminadas.

Quero começar esta seção expressando minha profunda gratidão a Deus, cuja orientação e força tornaram possível esta jornada acadêmica. Lembro-me das palavras reconfortantes de Isaías 41:10, que diz: "Não temas, porque eu sou contigo; não te assombres, porque eu sou teu Deus; eu te fortaleço, e te ajudo, e te sustento com a minha destra vitoriosa." Em momentos desafiadores e de conquistas, encontrei conforto e guia em Sua presença constante.

Minha eterna gratidão se estende à minha amada família, alicerce inabalável ao longo desta caminhada. A minha mãe Lilian, cujo apoio incondicional foi um bálsamo nos momentos difíceis; à minha irmã Aline, cujo amor e incentivo foram uma luz constante; ao meu pai João, cuja presença amorosa trouxe riqueza e diversidade à minha vida; e ao meu pai Akira, cujas palavras sábias e encorajadoras moldaram meu percurso.

Agradeço também às minhas queridas amigas com as quais dividi apartamento, Isabele e Giulia, que se transformaram em irmãs nesta jornada de quatro anos. Juntas, enfrentamos desafios, compartilhamos risadas e construímos memórias inesquecíveis. Vocês foram pilares fundamentais, e agradeço por cada momento compartilhado.

Ao meu querido companheiro de trajetória, Anthunes, que foi mais que um parceiro acadêmico; você foi uma fonte de apoio, alguém com quem celebrei triunfos e superei desafios. Nossa parceria tornou essa jornada mais significativa, e sou grata pela amizade que cultivamos nessa trajetória.

Não posso deixar de expressar minha profunda gratidão ao meu amigo Renato, cuja colaboração no projeto vai além do técnico. Sua crença constante em mim foi um farol nos momentos de incerteza. Obrigada por ser mais que um colaborador, por ser um amigo com o qual eu divido tanto.

Por fim, quero expressar minha sincera gratidão à minha orientadora, Thalita, pela orientação valiosa que proporcionou ao longo deste percurso acadêmico. Sua dedicação, paciência e insights foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Sua mentoria não apenas enriqueceu academicamente este trabalho, mas também fortaleceu minha abordagem e compreensão na área. Obrigada, Thalita, por ser uma guia excepcional e inspiradora ao longo dessa jornada.

A cada pessoa mencionada e a todas as outras que, de diversas formas, contribuíram para esta jornada, meu mais sincero obrigada. Este trabalho é o resultado de um esforço coletivo, e estou profundamente grata por ter tido tantas pessoas incríveis ao meu lado.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo principal analisar a operacionalização do conceito de América do Sul para o fortalecimento do Mercosul, considerando as políticas e discursos adotados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no período de 2003 à 2011. Nesse sentido, é importante destacar a evolução histórica do conceito de América Latina no contexto brasileiro e como a transição para a ênfase em "América do Sul" se tornou uma estratégia da diplomacia presidencial. A mudança de ênfase de "América Latina" para "América do Sul" é vista como uma adaptação estratégica às circunstâncias políticas e dinâmicas regionais em constante mudança. Nesse sentido, a pesquisa se baseia no Construtivismo em Relações Internacionais para enfatizar o papel das ideias e construções sociais na política externa, argumentando que as identidades e interesses dos Estados são moldados socialmente e influenciados por discursos e quadros conceituais. A análise da retórica brasileira em relação à América do Sul é relevante porque a liderança do chefe de Estado pode ter um impacto significativo nas relações internacionais do país. A busca por maior integração regional na América do Sul tem sido uma prioridade da diplomacia brasileira, e este estudo visa analisar como os presidentes brasileiros operacionalizaram o conceito de América do Sul para fortalecer o Mercosul. A hipótese deste trabalho sugere que a mudança de discurso pela diplomacia brasileira representa uma estratégia para fortalecer a cooperação com países vizinhos e promover uma maior integração regional na América do Sul. Para alcançar esse objetivo, a pesquisa utilizará a análise de conteúdo como metodologia com o auxílio do software IRAMUTEQ. A disponibilização dos materiais ficará disponível no Google Drive, reforçando o compromisso com a transparência e replicabilidade da pesquisa. A expectativa é que esta pesquisa contribua para uma compreensão mais aprofundada das relações diplomáticas na América do Sul e das estratégias adotadas pela diplomacia brasileira para promover a integração regional. Ao analisar como o termo "América do Sul" foi usado nos discursos presidenciais para fortalecer o Mercosul, este estudo busca fornecer insights relevantes para o campo da Análise de Política Externa e das Relações Internacionais, enriquecendo o conhecimento acadêmico e beneficiando a sociedade em geral.

Palavras-Chave: Política Externa Brasileira; Mercosul; Construtivismo; Lula.

ABSTRACT

This study's main objective is to analyze the operationalization of the concept of South America to strengthen Mercosur, considering the policies and speeches adopted by President Luiz Inácio Lula da Silva in the period from 2003 to 2011. In this sense, it is important to highlight the historical evolution of the concept of Latin America in the Brazilian context and how the transition to an emphasis on "South America" became a strategy of presidential diplomacy. The shift from "Latin America" to "South America" is seen as a strategic adaptation to ever-changing political and regional dynamics. In this regard, the research draws on Constructivism in International Relations to emphasize the role of ideas and social constructions in foreign policy, arguing that state identities and interests are socially shaped and influenced by discourses and conceptual frameworks. The analysis of Brazilian rhetoric regarding South America is relevant because the leadership of the head of state can have a significant impact on the country's international relations. The pursuit of greater regional integration in South America has been a priority of Brazilian diplomacy, and this study aims to analyze how Brazilian presidents operationalized the concept of South America to strengthen Mercosur. The hypothesis of this work suggests that the change in discourse by Brazilian diplomacy represents a strategy to enhance cooperation with neighboring countries and promote greater regional integration in South America. To achieve this goal, the research will use content analysis as a methodology with the assistance of the IRAMUTEQ software. The materials will be made available on Drive Google, reinforcing the commitment to transparency and research replicability. The expectation is that this research will contribute to a deeper understanding of diplomatic relations in South America and the strategies adopted by Brazilian diplomacy to promote regional integration. By analyzing how the term "South America" was used in presidential speeches to strengthen Mercosur, this study seeks to provide relevant insights for the fields of Foreign Policy Analysis and International Relations, enriching academic knowledge and benefiting society at large.

Keywords: Brazilian Foreign Policy; Mercosur; Constructivism; Lula.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Frequência de menção versus países mencionados.....	40
Gráfico 2 -	Porcentagem das classes derivadas do corpus textual.....	41
Gráfico 3 -	Variáveis ativas da Análise Fatorial de Correspondência.....	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Dendograma gerado pelo software IRAMUTEQ.....	35
Quadro 2 -	Etapas da primeira fase de análise, na qual consiste em definir o portfólio final a ser estudado.....	36
Quadro 3 -	Etapas da fase de manipulação do material a ser analisado.....	36
Quadro 4 -	Etapas da análise crítica dos resultados obtidos.....	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Formas léxicas mais mencionadas em cada classe.....	44
------------	---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABACC	Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares
AFC	Análise Fatorial Correspondente
AHD	Análise Hierárquica Descendente
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
APE	Análise de Política Externa
CF	Constituição Federal
CHD	Classificação Hierárquica Descendente
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OMC	Organização Mundial do Comércio
PEB	Política Externa Brasileira

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: CONSIDERAÇÕES SOBRE FATORES IDEACIONAIS E HISTÓRICO-CONCEITUAIS.....	16
2.1 O Construtivismo na Análise de Política Externa.....	16
2.2 Fatores Ideacionários na Política Externa do Brasil.....	18
2.3 A Diplomacia Presidencial.....	20
3 A AMÉRICA DO SUL NO DISCURSO PRESIDENCIAL BRASILEIRO (2003-2011).....	23
3.1 O conceito “América do Sul” e suas implicações.....	23
3.2 Origem e formação do Mercosul.....	26
4 METODOLOGIA.....	33
4.1 Abordagem Metodológica.....	33
4.2 O Desenho de Pesquisa e a Operacionalização das Variáveis.....	34
4.3 Os dados.....	36
4.4 As técnicas.....	37
5 RESULTADOS.....	38
5.1 Análise lexicográfica do governo Lula (2003-2011): implicações para o Mercosul.....	38
5.2 Lexicografia das classes geradas pelo software.....	40
6 CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIAS.....	52

1 INTRODUÇÃO

O conceito de América Latina é resultado de uma construção complexa e multifacetada. Inicialmente, escritores e intelectuais brasileiros não se viam como parte do que era entendido por América Latina, voltando seu olhar para a Europa, especialmente para a França ou para os Estados Unidos. Essa percepção refletia a distância ideológica e cultural com os países hispânicos da região (Farret; Pinto, 2011). Assim, a identidade da expressão América Latina foi forjada por meio de uma série de reflexões e de estudos que passaram por várias transformações e interpretações.

A partir dos anos 1990, o Ministério de Relações Exteriores (MRE) do Brasil começou a adotar uma nova abordagem em sua identidade internacional, evitando o termo "América Latina" em favor do uso do termo "América do Sul" (Spektor, 2010). Na época, a política externa brasileira sofreu influências das mudanças globais, como a formação de blocos econômicos e a busca por maior inserção internacional, o que, por conseguinte, levou o país a buscar construir um novo tabuleiro de coalizão - a América do Sul - em decorrência da perda de espaço nas negociações tangentes à América Latina (Couto, 2007; Fletes, 2010; Neto, 2016; Silva, 2008).

Nesse contexto, emergiu o paradigma de Estado Normal nas relações exteriores do Brasil, o que levou a uma reavaliação das estratégias de inserção internacional, com ênfase na importância da América do Sul (Cervo, 2008). Para fortalecer sua presença regional, o Brasil buscou cooperação e integração com os países sul-americanos, formando coalizões para equilibrar o poder das grandes potências. O Mercosul, dessa forma, se tornou uma opção estratégica para o Brasil, ampliando sua atuação no contexto mundial (Santos, 2005; Couto, 2007; Galvão, 2009; Santos, 2011; Miranda, 2014).

A mudança de discurso pela diplomacia presidencial brasileira será analisada, aqui, sob a ideia de que os conceitos são artificiais e construídos com uma finalidade, o que sugere que não existe uma verdade objetiva inerente a eles (Cox, 1981). Assim, a mudança do discurso diplomático brasileiro de "América Latina" para "América do Sul" pode ser vista como uma adaptação estratégica às circunstâncias políticas e dinâmicas regionais em constante mudança. Para tanto, este trabalho se propõe a responder a seguinte pergunta: como o uso do termo América do Sul foi utilizado nos discursos dos presidentes brasileiros para fortalecer o Mercosul?

Nesse sentido, o aporte teórico do Construtivismo em Relações Internacionais será fundamental para esta pesquisa, já que enfatizam a importância das ideias e construções

sociais no comportamento dos atores internacionais, argumentando que as identidades e os interesses dos Estados são formados socialmente e influenciados por discursos e quadros conceituais (Adler, 2002; Hopf, 1998; Risse, 2004; Wendt, 1994).

Milani (2009) enfatiza como a retórica da "América do Sul" é parte integrante da estratégia de cooperação e integração adotada pelo Brasil, moldando a identidade regional e influenciando as políticas e ações diplomáticas do país. Vigevani (2004), por sua vez, ressalta que essa retórica não apenas contribui para a construção da identidade sul-americana, mas também influencia as relações bilaterais e multilaterais, permitindo ao Brasil moldar seu anseio de liderança e promover sua visão estratégica na região. Ambos os autores destacam como as construções discursivas desempenham um papel fundamental na diplomacia presidencial e na condução da política externa brasileira, influenciando a dinâmica regional e as estratégias de cooperação e integração no contexto do Mercosul.

A busca por uma maior integração regional na América do Sul tem sido uma das principais metas da diplomacia brasileira ao longo das últimas décadas (Gertz, 2001; Lafer, 2001; Milani, 2009; Vigevani, 2004; Prado, 2014). Nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a operacionalização do conceito de América do Sul para o fortalecimento do Mercosul, considerando as políticas e discursos adotados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no período de 2003 à 2011.

Este recorte temporal justifica-se: primeiro, devido à transformação regional que ocorreu sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva. Durante seu governo, o Brasil desempenhou um papel fundamental na evolução do Mercosul. Lula também promoveu uma política externa ativa, enfatizando a integração e cooperação regional; segundo, pela coletânea abarcada pelos documentos semestrais disponibilizados pelo Departamento de Comunicações e Documentação do Itamaraty, especificamente as "Resenhas de Política Exterior do Brasil" que vão de 1991 a 2020.

Essa análise se justifica à luz do Artigo 4º da Constituição Brasileira (1998), que estabelece os princípios que regem as relações internacionais do país, incluindo a promoção da paz, a não intervenção, a autodeterminação dos povos, a igualdade entre os Estados e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Considerando que a política externa reflete esses princípios, é importante examinar como a retórica brasileira afetou os esquemas de cooperação no Cone Sul. Ao investigar essa variação e sua relação com a promoção desses princípios constitucionais, esta pesquisa busca contribuir para uma compreensão mais aprofundada do papel da diplomacia presidencial e das estratégias de política externa na construção de alianças e relações internacionais sólidas na América do Sul.

A hipótese proposta neste trabalho é de cunho descritivo e postula que a mudança de discurso pela diplomacia brasileira representa uma estratégia para fortalecer os laços e cooperação com países vizinhos, buscando promover uma maior integração regional na América do Sul. Com relação à metodologia adotada para alcançar os objetivos propostos, será feita a análise de conteúdo, uma abordagem que permitirá explorar em profundidade os discursos e políticas dos presidentes brasileiros em relação ao conceito de América do Sul e ao fortalecimento do Mercosul.

Será utilizado o software IRAMUTEQ como ferramenta analítica, disponibilizando ainda todos os materiais no [Google Drive](#). Com isso, busca-se reforçar o compromisso com a transparência e replicabilidade desta pesquisa. Consciente de que a colaboração e o compartilhamento de dados são fundamentais para o avanço do conhecimento científico, espera-se que esse estudo possa contribuir para a construção de uma base sólida de informações na área de Relações Internacionais.

Dessa forma, espera-se também que esta pesquisa contribua para a compreensão da dinâmica das relações diplomáticas na América do Sul, bem como para o entendimento das estratégias adotadas pela diplomacia brasileira em busca de uma maior integração regional. Ao analisar o uso do termo América do Sul nos discursos dos presidentes brasileiros para o fortalecimento do Mercosul, busca-se trazer *insights* relevantes para o campo da Análise de Política Externa e das Relações Internacionais.

Esta pesquisa está dividida em quatro seções distintas, além da introdução e das conclusões. A primeira pretende-se explicar acerca dos conceitos e fatores ideológicos que moldam a análise de política externa, bem como as dinâmicas decisórias que influenciaram a política externa brasileira durante o período de estudo. A segunda explora a construção do conceito de América do Sul pela retórica diplomática brasileira, identificando as estratégias utilizadas para promover os interesses da política externa do país. Além disso, foi analisado o contexto de formação do Mercosul e a atuação da diplomacia presidencial no fortalecimento desse bloco regional.

Em terceiro, há a descrição dos procedimentos metodológicos abordados ao longo deste trabalho. Para dar mais coesão ao estudo, há, em quarto, a análise lexicográfica do governo de Lula (2003-2011), destacando suas abordagens e prioridades em relação à América do Sul e ao Mercosul. Por fim, há a conclusão, onde foi discutido as prioridades discursivas do corpo diplomático brasileiro em relação ao Mercosul, examinando os principais temas abordados e como eles refletem os interesses e objetivos do Brasil no contexto regional.

2 ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: CONSIDERAÇÕES SOBRE FATORES IDEACIONAIS E HISTÓRICO-CONCEITUAIS

2.1 O Construtivismo na Análise de Política Externa

A análise da política externa é essencial para compreender como os atores estatais tomam decisões e implementam políticas que afetam as relações de seu Estado com outros países. Esse processo é complexo e influenciado por diversos fatores, incluindo interesses nacionais, objetivos estratégicos, valores, identidade nacional, contexto internacional e processos decisórios internos (Hudson, 2005).

A Análise de Política Externa (APE) é caracterizada como um subcampo que se concentra na investigação das ações externas de governos particulares. Isso abrange a compreensão dos fatores que as influenciam, seus objetivos, como as decisões são tomadas e a implementação das ações. Além disso, a APE não se limita apenas a examinar os procedimentos, mas também considera as partes envolvidas nas tomadas de decisão, suas visões, representações e interesses (Salomón; Pinheiro, 2013).

Segundo Hudson (2005), a tomada de decisões em política externa segue um processo que pode variar de um Estado para outro, mas geralmente envolve a identificação de problemas, a formulação de políticas, a tomada de decisões, a implementação e a avaliação, que por vezes reflete os valores e a identidade de um Estado.

Os construtivistas em Relações Internacionais, particularmente, na Análise de Política externa podem contribuir para explicar a importância das ideias e das construções sociais no comportamento dos atores internacionais. Além disso, as identidades e os interesses dos Estados são formados socialmente e influenciados por discursos e quadros conceituais (Adler, 2002; Hopf, 1998; Wendt, 1994). Esses construtos sociais moldam as percepções dos atores e suas estratégias em relação aos outros atores internacionais. Portanto, o processo de decisão não se dá pela adoção de uma perspectiva unitária e homogênea (Hudson, 2005).

Em 1998, Hopf (1998) introduziu um programa de pesquisa inovador que possibilitou obter evidências importantes sobre os interesses de um país em se inserir internacionalmente. Essa abordagem se baseia na análise cuidadosa da variação e do padrão sistemático de suas comunicações simbólicas. Entende-se, assim, que os discursos são formas de comunicação que ajudam a criar, manter e disseminar ideias e identidades. As narrativas discursivas influenciam como os Estados se veem a si mesmos e aos outros atores internacionais. As

identidades, por sua vez, são construções sociais que definem quem os atores são e como eles se posicionam no sistema internacional.

Os construtivistas, nesse sentido, argumentam que as regiões são construções sociais e políticas, em vez de entidades objetivas. As regiões são moldadas por ideias, interesses e interações sociais entre os Estados e outros atores regionais. A identificação de um país ou grupo de países com uma região específica pode ter implicações significativas para suas políticas externas e para a dinâmica regional. Enfatizam, ainda, a importância das normas e das instituições internacionais na formação da política externa. As normas são regras compartilhadas que orientam o comportamento dos Estados e criam expectativas comuns. As instituições são estruturas sociais que codificam normas e fornecem mecanismos para a cooperação e coordenação entre os atores internacionais (Adler, 2002; Hopf, 1998; Katzenstein, 1996; Risse, 2004; Wendt, 1994).

Os símbolos desempenham um papel fundamental na expressão do poder nas Relações Internacionais. Essa perspectiva ganha coerência ao adotar uma visão ampla do significado do poder. Enquanto os recursos materiais são importantes para medir e projetar o poder, o construtivismo ressalta que as interações sociais e intersubjetivas também moldam as relações internacionais. Dessa forma, o poder é visto como mais do que apenas força bruta, e as ideias são reconhecidas como uma forma de poder, estando conectadas ao poder material e discursivo (Hopf, 1998).

Nessa concepção abrangente do poder, os discursos ganham destaque como uma base fundamental para a formação de práticas sociais. As palavras podem ser mobilizadas e pesquisadas como instrumentos essenciais para instituir realidades e se tornarem atos de fala performativos, influenciando a constituição de políticas e a construção de realidades. De tal maneira:

Se, entretanto, os falantes frequentemente repetem um ato de fala específico com o mesmo efeito geral, todo mundo envolvido começa a achar que a repetição se torna significante [...] Constantemente repetido, o mesmo atos de falas se transformam em convenção conforme todo mundo começa a acreditar que as palavras em si, e não os falantes as balbuciando, são responsáveis pelo que acontece (ONUF, 1998, p. 66).

O construtivismo torna-se importante na APE, pois possibilita interpretar a repetição frequente de um conceito específico em discursos como um importante instrumento para a implementação das decisões de política externa. Ademais, Keohane e Goldstein (1993) exploram o papel das ideias na formulação e implementação da política externa, argumentando o seu poder causal, ou seja, elas não são apenas reflexos da estrutura de poder

ou de interesses materiais, mas também moldam e influenciam as escolhas políticas. As ideias podem fornecer justificativas e legitimidade para certas ações, orientar a formulação de políticas, influenciar a construção de coalizões e moldar a percepção de interesses nacionais.

2.2 Fatores Ideacionários na Política Externa do Brasil

A princípio, é válido ressaltar que os fatores ideacionais aqui expostos partem da perspectiva construtivista das Relações Internacionais na APE. Assim, os fatores utilizados ao longo desta pesquisa visam entender as prioridades discursivas dos presidentes brasileiros no período adotado (2003-2011) ao fazer uso de um conceito em detrimento de outro. Para tal, essa sessão é destinada a entender: ideias, discursos, quadros conceituais, identidades, estereótipos e regiões.

Uma "ideia", por definição, corresponde a um conceito mental, pensamento ou sugestão que reside no âmbito da mente humana (Locke, 1979). Nesse contexto, tais ideias podem ser compreendidas como crenças causais que estabelecem uma conexão intrincada entre a realidade material e a esfera social, como delineado por Béland e Cox (2011). Essas crenças são, por sua vez, modeladas como produtos interativos dos processos psicológicos e cognitivos, como afirma Hay (2011).

Em primeiro lugar, as ideias não se restringem a representações de conceitos concretos, mas também abrangem noções abstratas, cumprindo um papel fundamental em nossa faculdade de imaginação, raciocínio, planejamento e inovação. Em essência, as ideias constituem os elementos fundamentais que forjam o edifício do pensamento humano (Locke, 1979). Entretanto, é relevante notar que as ideias só se tornam conhecidas mediante sua comunicação, o que conduz ao domínio dos "discursos", os quais podem ser definidos como formas de comunicação verbal que englobam a apresentação sistematizada de ideias, informações ou argumentações a um público específico.

Em segundo, os discursos são textualizados em contextos particulares com o propósito de transmitir interpretações mentais da realidade subjacentes àqueles que os proferem (Schmidt, 2011). Especificamente no âmbito dos discursos diplomáticos, tais discursos encapsulam estruturas conceituais que se manifestam como declarações compreendendo diagnósticos sobre a realidade nacional, a definição de prioridades na política externa e a estipulação dos princípios que orientam a conduta internacional do país em questão (Arbilla, 2000).

Em terceiro, os quadros conceituais têm uma característica dual, atuando tanto como definições cognitivas da realidade quanto prescrições normativas para ações a serem tomadas (Arbilla, 2000). Elas desempenham um papel fundamental nos argumentos retóricos que reinterpretam um conjunto limitado de conceitos e representações do interesse nacional. Em termos gerais, o uso de ideias, discursos e quadros conceituais são fundamentais para moldar e manter as identidades e interesses nacionais.

Em quarto lugar, a identidade de um Estado desempenha um papel fundamental na formulação de sua política externa. Para Hudson (2005), refere-se à autopercepção de um Estado e à forma como ele se vê no contexto internacional. Isso inclui sua cultura, história, valores, sistema político e o que ele considera ser seus interesses fundamentais. Ainda segundo o autor, a percepção é a maneira como os atores estatais veem o mundo à sua volta. Essa percepção é influenciada pela identidade do Estado e pelos eventos e informações disponíveis, a citar, por exemplo, como os Estados percebem ameaças, oportunidades e atores internacionais desempenham um papel crucial na tomada de decisões de política externa.

Nesse sentido, a identidade e a percepção moldam as preferências e os objetivos dos Estados em matéria de política externa. Eles influenciam quais políticas são consideradas viáveis e aceitáveis. Portanto, a compreensão da identidade e percepção de um Estado é essencial para prever suas ações e reações em assuntos internacionais, já que é vista como uma característica dos atores políticos que influencia suas motivações e comportamentos, e envolve uma dinâmica de interação entre o "Eu" e o "Outro" (Wendt, 1994).

Isto posto, analisar a construção das identidades e interesses dos Estados é um pré-requisito importante, embora não suficiente, para compreender sua posição na comunidade internacional. Isso ocorre porque essa posição depende da forma como os Estados interagem e se representam em relação aos interesses e identidades de si mesmos e dos outros Estados. Essa interação é o que determina se os Estados cooperam, se integram ou se tornam rivais uns dos outros.

Em quinto, Jervis (1976) aborda a influência dos estereótipos na formulação de políticas ao explorar como as percepções distorcidas podem afetar o comportamento político. Ele argumenta que os estereótipos são simplificações mentais que as pessoas usam para categorizar e interpretar informações sobre outros atores internacionais. Quando os estereótipos entram em jogo na percepção política, podem levar a conclusões imprecisas sobre os motivos e intenções dos atores estrangeiros.

Nesse sentido, os estereótipos podem influenciar a tomada de decisões políticas de várias maneiras: podem levar a uma interpretação seletiva de informações, no qual as

informações que confirmam os estereótipos são valorizadas, enquanto as informações que os contradizem são desconsideradas ou minimizadas, levando a erros na análise de políticas externas; podem influenciar as expectativas em relação ao comportamento dos atores estrangeiros, como por exemplo, se um país possui estereótipos negativos sobre outro país, pode estar mais inclinado a interpretar ações desse país de maneira hostil, mesmo que essas ações tenham motivações diferentes (Jervis, 1976).

No que tange às regiões, por fim, o conceito aqui utilizado é de que esta ultrapassa a definição geográfica e passa a ser entendida como contiguidades políticas (Wehner, 2015). Nesse sentido,

[...] os limites geográficos de uma região pouco têm de óbvio ou natural, e suas fronteiras resultam de um embate político que envolve as percepções, interesses, valores e identidades de jogadores-chave dentro e fora da região [...]. Nesse sentido, as regiões são claramente “comunidades imaginadas”. O ponto básico para esta análise é que a noção de “região” é objeto de contestação política (SPEKTOR, 2010, p. 31).

As regiões são, inegavelmente, uma construção moldada pelo que os atores políticos fazem delas, e, como tal, podem ser habilmente formuladas discursivamente para servir como veículos de reprodução dos interesses estatais. A plataforma regional enfatizada nos discursos dos presidentes de um país revela-se como um espelho das prioridades internacionais desse Estado.

Nesse contexto, a retórica e o enfoque deliberado sobre determinadas regiões geográficas não apenas influenciam a percepção internacional do Estado em questão, mas também desempenham um papel estratégico na promoção de seus interesses, na construção de alianças e na consecução de objetivos geopolíticos. Portanto, a forma como um líder político aborda e enfatiza certas regiões em seu discurso revela muito sobre as estratégias e prioridades do Estado em termos da política internacional (Nolte; Comini, 2016).

2.3 A Diplomacia Presidencial

A condução da política externa é uma das funções fundamentais de um Estado soberano (Danese, 2009). Nos Estados Unidos, a primazia jurídica da condução da política externa pelos presidentes estabeleceu um modelo que influenciou a formulação de políticas externas em outros países, incluindo o Brasil. Ao atribuir aos chefes de estado competências específicas relacionadas ao tema, o modelo norte-americano moldou a maneira como o Brasil

abordou a política externa desde sua independência até a promulgação da Constituição de 1988 (Danese, 2009).

A Constituição dos Estados Unidos estabeleceu um marco fundamental ao estabelecer democraticamente a competência original do chefe de estado na condução da política externa. Em 1936, em um evento sem precedentes, a Suprema Corte dos Estados Unidos tomou uma posição decisiva em favor da primazia presidencial no caso *U.S. v. Curtiss-Wright Export Corp*, conforme Barrett (1990, p. 70) afirmou em "Presidential foreign policy":

A Suprema Corte definiu a moderna teoria do poder presidencial "inerente" em assuntos estrangeiros na decisão *Curtiss-Wright*, escrevendo sobre um "poder pleno e exclusivo da presidência como único órgão do governo federal nas relações internacionais".

Essa decisão, além de solidificar a primazia presidencial de maneira constitucional, também a reconheceu politicamente como um elemento essencial. Segundo Barrett (1990, p. 91):

[...] o Congresso, a Suprema Corte e o público americano esperam que os presidentes modernos liderem em assuntos estrangeiros, naturalmente submetidos a diversas críticas de vários setores diferentes. Tais críticas, no entanto, não deveriam obscurecer a expectativa bipartidária profundamente enraizada de que o presidente determinará a agenda para a América em assuntos internacionais. [...] Enquanto os presidentes têm parecido manejar a política externa com pelo menos moderada competência e sucesso, o público tem apoiado os presidentes. [...] Essa primazia presidencial através das últimas quatro décadas foi criada em parte pela ampla aceitação na América do papel do presidente como "líder do mundo livre".

No Brasil, a influência desse modelo norte-americano na política externa é notável desde o período imperial, dado que o país seguiu uma trajetória semelhante à dos Estados Unidos, no qual o imperador detinha poderes consideráveis na condução da política externa. Essa influência era evidente na celebração de tratados e acordos internacionais. No contexto da Constituição do Império, o artigo 102 estabelecia que o imperador, na sua função de chefe do Poder Executivo, detinha competências exclusivas na área da política externa (Bonavides; Amaral, 1996, p. 183). A Constituição Política do Império do Brasil, 25 de março de 1824, estabelecia:

6) Nomear embaixadores e mais agentes diplomáticos e comerciais; 7) Dirigir as negociações políticas com as nações estrangeiras; 8) Fazer tratados de aliança ofensiva e defensiva, e subsídio e comércio, levando-os depois de concluídos ao conhecimento da Assembleia Geral, quando o interesse e a segurança do Estado o permitirem. Se os tratados concluídos em tempo de paz envolverem cessão ou troca de território do Império ou de possessões a que o Império tenha direito, não serão

ratificados sem terem sido aprovados pela Assembleia Geral; 9) declarar a guerra e fazer a paz, participando à Assembleia as comunicações que forem compatíveis com a segurança do Estado.

Após a proclamação da República em 1889, a Constituição de 1891 estabeleceu as bases legais para a condução da política externa brasileira. Ela conferiu ao presidente autoridade significativa sobre questões de relações exteriores, incluindo a celebração de tratados. Essa tradição de primazia presidencial na política externa perdurou ao longo do século XX. Já com a Constituição Federal de 1988, reforçou essa primazia na política externa brasileira.

O texto constitucional reafirmou a competência do presidente para celebrar tratados internacionais, nomear embaixadores e comandar as forças armadas, seguindo o exemplo norte-americano. Conforme a CF/1988 nos artigos 49, inciso I e II, 52, inciso IV e 84, inciso VII, VIII, XIX:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional; II - autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar; Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal: IV - aprovar planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e planos plurianuais, bem como as diretrizes orçamentárias; Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: VII - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal, na forma da lei; VIII - nomear e exonerar os Ministros de Estado; XIX - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.

Em suma, a primazia jurídica da condução da política externa pelos presidentes norte-americanos estabeleceu um paradigma que foi seguido pelo Brasil, desde o Império até a Constituição de 1988. Essa tradição deu aos chefes de estado brasileiros competências específicas relacionadas à política externa e fortaleceu a autonomia presidencial na arena internacional.

Conforme Danese (2017), a prática internacional e as doutrinas de direito internacional têm consagrado a ideia de que a diplomacia é uma prerrogativa fundamental e intransferível dos chefes de Estado ou de governo, que a conduzem pessoalmente com o apoio das suas chancelarias, e em alguns casos, com a participação do Poder Legislativo. Esses líderes representam simbolicamente o Estado em suas relações internacionais, embora essa noção varie conforme o país, o período histórico e o mandatário em questão.

3 A AMÉRICA DO SUL NO DISCURSO PRESIDENCIAL BRASILEIRO (2003-2011)

3.1 O conceito “América do Sul” e suas implicações

A ideia de que os conceitos são artificiais e construídos por alguém com uma finalidade (Cox, 1981) sugere que não existe uma verdade objetiva inerente a eles. Portanto, a mudança do discurso diplomático brasileiro pode ser vista como uma forma de adaptação estratégica às circunstâncias políticas e às dinâmicas regionais em constante mudança. A troca do termo "América Latina" pelo termo "América do Sul" pode ser interpretada, assim, como uma tentativa de reafirmar o Brasil como líder regional em sua intenção, fortalecendo seus laços com os países da América do Sul e buscando se distanciar ou diferenciar dos países latino-americanos com os quais possa ter menos afinidade política ou econômica.

A análise da retórica brasileira em relação à América do Sul é de extrema relevância para o estudo da política externa. No que se refere à diplomacia presidencial, liderança não é apenas uma questão de palavras, mas sim uma ação que se exerce. No entanto, é possível aprender a liderar, desde que se adote as abordagens adequadas. Para Danese (2009), o pensamento diplomático é uma tarefa desafiadora, envolvendo o conhecimento histórico, análise cuidadosa e, em muitos casos, a aplicação da experiência profissional para formular propostas e soluções.

O nome "América Latina" possui uma gênese complexa e multifacetada, com suas origens fundamentadas em fatores históricos, culturais e geopolíticos (Farret; Pinto, 2011). Por ocasião da independência, líderes hispano-americanos, como Simon Bolívar, idealizavam uma confederação de repúblicas hispano-americanas formando uma "única nação" que se uniria contra inimigos europeus (Bethell, 2009). Nesse sentido, o conceito de "Hispanoamérica" surgiu no contexto de criar uma frente unificada diante dos interesses dos Estados Unidos (Santos, 2005).

Enquanto a maioria das repúblicas hispano-americanas demonstrava receios em relação aos Estados Unidos, o Brasil, por sua vez, não se envolvia nas disputas entre eles e se mantinha distante dos "povos de língua espanhola" e das "nações latino-americanas" (Santos, 2004). Foi só a partir da Segunda Guerra Mundial que o Brasil foi considerado pelos Estados Unidos e pelo restante do mundo como parte integrante da América Latina. Não obstante, o país ainda não apresentava um forte engajamento com o restante da região. Essa falta de envolvimento pode ser atribuída, em parte, à sua aproximação política e econômica com os Estados Unidos, que tinha maior influência na política internacional brasileira (Beraba, 2008).

O Brasil passou por um processo de modernização e industrialização no início do século XX que começou a mudar sua percepção em relação à sua posição na região e no mundo. O país também viu um aumento no intercâmbio cultural e econômico com outras nações latino-americanas. Durante a década de 1950, o presidente Juscelino Kubitschek buscou uma maior aproximação com outros países da América Latina e do Terceiro Mundo. Essa política visava fortalecer os laços diplomáticos e comerciais com a região, bem como participar mais ativamente em organizações internacionais que reunissem nações latino-americanas (Cervo e Bueno, 2015).

A criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948, também foi um marco importante para o Brasil se posicionar como parte integrante da América Latina. A OEA foi criada com o objetivo de promover a cooperação e o diálogo entre os países do continente, o que contribuiu para a consolidação de uma identidade regional e o reconhecimento da diversidade cultural e política da América Latina.

Além disso, na década de 1960, o Brasil foi um dos membros fundadores da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), que posteriormente se transformou na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), demonstrando seu interesse em promover a integração econômica e comercial com outros países da região. Assim, a retórica do Brasil como participante ativo na América Latina foi gradualmente se fortalecendo ao longo do século XX, com o país adotando uma posição mais proativa na busca de laços políticos, econômicos e culturais com seus vizinhos latino-americanos.

Entende-se, dessa forma, que o conceito de América Latina tem sido empregado ao longo da história para fins específicos, refletindo as visões e os interesses dos países e líderes envolvidos. Assim, o conceito de América Latina tem sido historicamente utilizado para diferentes fins, refletindo as dinâmicas políticas, econômicas e culturais da região (Feres, 2004).

Importa salientar também que, a partir do início dos anos 1990, diversos fatores levaram o Ministério de Relações Exteriores (MRE) do Brasil deixar de lado o termo "América Latina" para sustentar a identidade internacional do país, o que resultou na utilização do termo "América do Sul" (Spektor, 2010). No Brasil, há um revisionismo histórico da política externa brasileira que coincidiu com outra tendência supracitada que assolava o sistema internacional: a formação de blocos econômicos. O modelo analítico que regia a política externa do país posto nessa época rompeu, pois, com a ótica de que o sistema internacional é, de forma intrínseca a si, uma dicotomia centro/periferia e que o único modo para se inserir na dinâmica mundial seria através do desenvolvimento.

Os impactos do paradigma desenvolvimentista sobre a formação nacional foram de natureza a romper com o modelo de dependência acoplada à dicotomia centro-periferia, descrito pelo pensamento estruturalista de matriz cepalina. Tiveram razão, portanto, os pensadores estruturalistas que sugeriam mecanismos de superação de assimetrias internacionais navegando no próprio sistema capitalista, contra os teóricos da dependência que sugeriam saltar fora do sistema para atingir os mesmos resultados (CERVO, 2008, p. 75-76).

Assim, a emergência do paradigma de Estado normal das relações exteriores do Brasil colocou em prioridade repensar as estratégias de inserção internacional dos dirigentes brasileiros, de modo que estes passaram a orientar a política externa do país visando: a) condenar as estratégias internacionais do passado; b) adoção acrítica do neoliberalismo; c) eliminação da ideia de interesses nacionais; d) correção da atuação da diplomacia (Cervo; Bueno, 2015).

A partir da década de 1970, o conceito de região passa a ser interpretado não apenas como localização territorial, mas também como construções sociais referentes às continuidades normativas. Ou seja, há a eliminação da necessidade de continuidade geográfica para os processos de regionalismo e, por conseguinte, a ascensão de um critério que foge da necessidade puramente prática, passando a ser produto dos critérios de conveniência política dos Estados (Almeida, 2013).

Independente dos acordos formais, é fato que o fenômeno da globalização configurou um cenário de interconexão e interdependência crescente e cada vez mais importante na ordem internacional, haja vista que fronteiras estão perdendo, gradativamente, a importância. As regiões, nesse sentido, tornaram-se unidades importantes para a formação de coalizões, visando criar estratégias institucionais para equilibrar o poder das grandes potências na inserção internacional de Estados menores, agindo como uma forma de *soft balancing*¹ (Flemes, 2010). Nesse contexto, quando a noção de "América Latina" dificultou a negociação de interesses comuns, o Brasil buscou formar uma nova plataforma de coalizão, a "América do Sul" (Couto, 2007; Neto, 2016).

Conforme discutido, a retórica possui influência imprescindível nas relações internacionais. Portanto, a mudança do discurso diplomático brasileiro pode ser vista como uma forma de adaptação estratégica às circunstâncias políticas e às dinâmicas regionais em constante mudança. A troca do termo "América Latina" pelo termo "América do Sul" pode ser

¹ "Soft balancing" é um conceito na teoria das Relações Internacionais que se refere a uma forma de equilíbrio de poder entre estados, mas que difere do tradicional "hard balancing" (equilíbrio de poder através de alianças militares e construção militar). Enquanto o hard balancing envolve a contenção direta de uma ameaça por meio do fortalecimento militar e de alianças, o soft balancing busca conter ou contrabalançar uma potência dominante de maneira mais sutil, através de meios políticos, econômicos e diplomáticos (T.V Paul, 2005).

interpretada, assim, como uma tentativa de reafirmar o Brasil como condutor dos esquemas regionais de cooperação, fortalecendo seus laços com os países da América do Sul e buscando se distanciar ou diferenciar dos países latino-americanos com os quais possa ter menos afinidade política ou econômica.

3.2 Origem e formação do Mercosul

Para compreender o papel do Brasil no contexto do bloco Mercosul, é fundamental primeiro entender o conceito de "relações em eixo". Esse termo refere-se à dinâmica de poder e influência que emerge dentro de um grupo de países ou região, no qual um membro desempenha um papel central e preponderante em comparação com os outros (Patrício, 2006). No caso do Mercosul, o Brasil assume uma posição de destaque, exercendo influência substancial nas decisões e direções do bloco. Portanto, a análise das relações em eixo é crucial para contextualizar o papel do Brasil no Mercosul e compreender como ele influencia as dinâmicas dentro do bloco.

Entende-se regionalismo como um processo não estático de lógica incremental que precisa, necessariamente, da "condução" do aparato institucional político-burocrático estatal (Mariano, 2015). Dessa forma, as relações em eixo são, em primeira instância, um paradigma analítico dos processos de integração sob uma ótica gradativa. Em síntese, o paradigma das relações em eixo compreende que os processos de integração entre países, se não abarcados por qual, limita-se, apenas, a um processo de integração econômica, haja vista que as relações em eixo funcionam no auxílio da condução e estabilização dos processos da região.

Dessa forma, é possível afirmar que as relações em eixo atuam a partir de uma lógica incremental porque as relações entre as potências regionais mostram-se, em um primeiro momento, como hostis e, mediante o decorrer de parcerias estratégicas, evoluem para uma cooperação em que se destacam como forças motrizes nos processos regionais de integração. Portanto, as relações em eixo dão-se de forma gradativa não apenas pelo raciocínio próprio das potências regionais - as quais partem de rivalidades mútuas para uma base locomotiva responsável pela integração da região como um todo - mas também pela lógica evolutiva do próprio paradigma, o qual passa de modelo de eixo para relações em eixo.

A trajetória do Mercosul está intrinsecamente ligada a uma série de eventos e políticas que moldaram o desenvolvimento da América Latina e as relações entre seus países. A integração moderna da América Latina teve início na década de 1950 devido às necessidades

econômicas das principais economias da região e à dificuldade de obter apoio dos Estados Unidos para o desenvolvimento.

Um esforço significativo nesse sentido resultou na fundação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em 1949, uma organização vinculada às Nações Unidas, cujo propósito era realizar estudos e ajudar os governos na formulação de projetos de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a Organização dos Estados Americanos (OEA), estabelecida em 1948, objetivou lidar com questões políticas - a qual não conseguiu ou não buscou oferecer respostas adequadas às necessidades dos países latino-americanos -, enquanto o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), por sua vez, tinha foco na defesa regional (Vidigal, 2012).

Juscelino Kubitschek, durante seu governo no Brasil (1956-1961), adotou uma política desenvolvimentista conhecida como "Plano de Metas". Isso envolveu grandes investimentos em infraestrutura, bem como a promoção da industrialização. Paralelamente, na Argentina, o presidente Arturo Frondizi (1958-1962) também buscou uma abordagem desenvolvimentista, incentivando o investimento estrangeiro e a industrialização. Ambos protagonizaram as negociações da Operação Pan Americana (OPA)² abrindo espaço para as negociações bilaterais entre os países (Vidigal, 2012).

O Encontro de Uruguaiana, em 1961, foi um evento importante na política externa brasileira durante a presidência de Jânio Quadros e a orientação de seu chanceler, Afonso Arinos. Nesse encontro, Jânio propôs uma política conhecida como "Política Exterior Independente", buscando maior autonomia nas relações internacionais. Isso incluiu a aproximação com países não alinhados e uma abordagem independente em relação à Guerra Fria. Embora tenha sido de curta duração devido à renúncia de Jânio Quadros, essa política marcou um ponto de inflexão na diplomacia brasileira. Nas palavras de Vidigal (2012, p. 65) "foi o primeiro momento no qual, além de um estabelecimento de um sistema de consultas recíprocas, vislumbrou-se a integração econômica em sentido amplo, em um horizonte definido, a América do Sul".

O então chanceler Afonso Arinos propôs um quadro de atuação brasileira que, segundo Carlos Manoel Muniz, embaixador argentino, dava a entender que o Brasil desejava

² Dado os obstáculos para obter financiamentos externos, em particular dos Estados Unidos, e com resultados limitados na cooperação técnica para o desenvolvimento, Juscelino Kubitschek lançou a Operação Pan-Americana (OPA) em 1958. A iniciativa de JK fundamentava-se na ideia de que a América Latina necessitava de um plano de ajuda semelhante ao Plano Marshall para superar o subdesenvolvimento, visto como uma estratégia eficaz para conter a disseminação do comunismo na região. A OPA visava à multilateralização do pan-americanismo, possibilitando uma ampla coordenação dos países americanos em prol do desenvolvimento. O papel dos Estados Unidos na proposta de JK envolvia o financiamento de projetos nacionais de desenvolvimento e a transferência de tecnologia (Bueno; Cervo, 2008).

a liderança continental de forma enérgica (Muniz, 1965). Dentre as propostas da PEI, estavam: a) a mundialização das relações internacionais do Brasil; b) atuação diplomática isenta de compromissos ideológicos; c) ênfase ao debate Norte-Sul em detrimento ao Leste-Oeste; d) desejo de participação no comércio internacional; e) luta pelo desenvolvimento, pela paz e pelo desarmamento (Cervo; Bueno, 2008).

Nessa linha de considerações que segue a sequência de governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek (JK) e Jânio Quadros, o Encontro de Uruguaiana assume importância significativa no contexto das boas relações entre o Brasil e a Argentina, conforme mencionado anteriormente.

Os anos iniciais da década de 1980 foram desafiadores tanto para a Argentina quanto para o Brasil, ambos enfrentando dificuldades econômicas e políticas. No entanto, o Brasil adotou uma abordagem construtiva e solidária em relação à Argentina durante a crise das Ilhas Malvinas. Em um gesto notável de confiança mútua, a Argentina pediu ao Brasil que representasse seus interesses em Londres. Essa colaboração estabeleceu a base para uma relação mais estreita entre os dois países.

Nesse contexto, os presidentes Sarney, do Brasil, e Alfonsín, da Argentina, em 1985, iniciaram um processo de diálogo e cooperação, começando com conversas bilaterais e posteriormente buscando superar as limitações da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), que mais tarde se tornou a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) (Azambuja, 2012).

Antes mesmo do início oficial do Mercosul, a Declaração de Iguazu (Ministério das Relações Exteriores, 2023) em 1985, foi um sinal precursor da cooperação regional. O Brasil e a Argentina concordaram em fortalecer os laços bilaterais e explorar áreas de cooperação econômica, abrindo caminho para futuros acordos regionais.

Em 1986, o Brasil e a Argentina assinaram um Programa para a Integração e Cooperação Econômica (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2023). Esse programa estabeleceu metas para a liberalização do comércio entre os dois países e serviu como um importante precursor para o Tratado de Assunção. Ainda em 1986, as declarações conjuntas sobre política nuclear de Foz de Iguazu (1985) e de Brasília (1986), disponíveis no site da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), foi um passo importante para garantir a paz e a estabilidade na região. O Brasil e a Argentina concordaram em limitar seus programas nucleares e comprometeram-se a cooperar na área nuclear para fins pacíficos.

A iniciativa brasileira trabalhou ativamente para promover o diálogo e a cooperação entre os países membros. O Brasil desempenhou um papel fundamental na resolução de conflitos e na negociação de acordos que permitiram o avanço das relações comerciais e políticas no bloco.

Além do contexto já mencionado, para compreender adequadamente o Mercosul, é essencial situá-lo dentro de contextos imprescindíveis: o do sistema internacional pós-Guerra Fria e do cenário doméstico de redemocratização. No que se refere ao contexto internacional, que se desdobrou a partir dos anos 1990, o cenário global testemunhou significativas transformações, marcadas pela ascensão da globalização e pela crescente interdependência entre as nações (Almeida, 2013).

O cenário internacional vigente, até então, passou a configurar uma estrutura de triunfo do capitalismo e, por conseguinte, da economia neoliberal e dos moldes de boa governança. Tem-se, por conseguinte, grandes blocos e organizações sendo formadas, como a União Europeia, em 1992 e a OMC em 1995, altos fluxos comerciais e financeiros, aumento dos investimentos estrangeiros e da interdependência (Bueno; Cervo, 2008).

A globalização, se dá, em síntese, pela intensificação dos veículos comerciais, pelo aumento dos investimentos internacionais e pelos crescentes fluxos de capitais. É devido a essas mudanças sistêmicas que os novos acordos regionais ultrapassam as bases concernentes aos acessos aos mercados e passam a englobar regras de acesso a serviços, investimentos diretos, propriedade intelectual e movimentos financeiros. Dado os parâmetros criados pela estrutura de globalização, o multilateralismo passou a ser o meio de uma nação menos favorecida de poder expor e realizar suas vontades no cenário internacional (Almeida, 2013).

Segundo Almeida (2013), os blocos econômicos surgem graças ao interesse comum de eliminar, reciprocamente, barreiras tarifárias e não alfandegárias entre seus membros e, posteriormente, organizarem-se sob regras que visam impulsionar a complementaridade de suas economias. No cenário internacional, com as Iniciativas para as Américas, proposta de criação de uma área de livre comércio abrangendo todo o continente Americano, exceto Cuba, o Itamaraty passou a buscar acelerar as negociações do Mercosul, já que a narrativa dos EUA consistia em requerer o multilateralismo e liberalização do comércio, ao passo que mantinha proteção contra os produtos brasileiros (Almeida, 1993).

No âmbito doméstico, tem-se, nessa época, a partir do governo de Itamar (1992), o que Ricupero (2017) chama de “O Brasil como o homem doente da América Latina”. As catástrofes de direitos humanos somadas com escândalos de corrupção e a instabilidade fiscal e monetária do país afundaram ainda mais o prestígio do Brasil no sistema internacional. A

percepção que se passava para o mundo era que a de que o Brasil era incapaz de concluir a transição para um Estado democrático e estável financeiramente. Nas palavras de Ricupero (2017, p. 602):

“(...) dificuldade de obter entrevistas junto a ministros do governo americano para seus equivalentes brasileiros ou para parlamentares em vista, nos obstáculos para liberar créditos do Banco Mundial ou do BID, por falta de contrapartida nacional, no desinteresse de investidores e empresários por *roadshows* para promover investimentos. Na cena diplomática de Washington, (...) o único latino americano que recebia atenção especial era o México (...). Disputavam o segundo lugar para negociar acordo de livre comércio com os EUA, o Chile e a Argentina”.

Nesse sentido, a política externa brasileira para criação do Mercosul pautou-se em três principais eixos. Primeiro, era de interesse brasileiro representar uma possibilidade de atuação internacional alternativa ao relacionamento com os países desenvolvidos. Segundo, buscava a possibilidade de uma atuação conjunta nos fóruns internacionais e maior poder de barganha no sistema internacional. Terceiro, procurava exercer influência regional efetiva e se mostrar para o mundo como um *global player* (Almeida, 1993).

Em síntese, a imensa assimetria no comércio internacional, ao lado do paradigma neoliberal e os incentivos às medidas de regionalização, forneceu um cenário no qual fez-se necessário que o Brasil buscasse formas de aumentar seu poder no sistema internacional. Além disso, precisar mostrar-se ao mundo como um ator efetivo e participante da comunidade internacional.

Assim, a instrumentalização do Mercosul foi uma opção estratégica na orientação do Brasil como protagonista da organização da América do Sul. Nesse aspecto, conforme discutido, as condições que permitiram o fortalecimento do conceito de América do Sul nos discursos diplomáticos brasileiros foram: a) a proposta da Alca liderada pelos Estados Unidos; b) a promessa de formação do NAFTA; c) o esforço em se constituir uma coalizão que aplicasse um balanceamento de poder no sistema internacional com relação aos EUA; e d) o interesse em adotar um projeto regional de liderança que colocasse o Brasil como porta-voz da América do Sul nos fóruns internacionais.

Assim, a política externa adotada pelo Brasil no início dos 1990 instrumentalizou-se pela expressão de uma estratégia pautada na importância dada à América do Sul. De modo geral, o governo de Sarney (1985 - 1990), Collor (1990 - 1992), Itamar (1992 - 1994) e FHC (1995 - 2003) conduziram o Brasil para um dinamismo que retomou os aspectos da chamada “política externa independente” conduzida pelos governos de Jânio e Jango. A partir disso, buscou-se a competitividade internacional através da inserção, mudando o paradigma

desenvolvimentista e adotando novas perspectivas, como o regionalismo para além do processo em si, isto é, como um espaço voltado para as possibilidades de inserção internacional (Cervo; Bueno, 2015; Oliveira, 2005).

Dado o cenário internacional e doméstico no qual o Brasil estava inserido, o Mercosul ampliou a atuação brasileira no contexto mundial, visando, em suma, orientar o Itamaraty para integração subregional, alianças extra-hemisféricas e interação com os EUA (Rocha, 2017). Vários autores que estudam o papel da "América do Sul" na Política Externa Brasileira (PEB) apontam dois fatores consensualmente considerados para explicar as dificuldades na negociação de consensos e interesses na plataforma latino-americana: a influência dos Estados Unidos na região e as respostas do México a essa influência (Santos, 2005, 2014; Couto, 2007; Galvão, 2009; Caballero, Santos, 2011; Miranda, 2014).

A Declaração de Buenos Aires, assinada em 1990, foi um marco inicial para a criação do Mercosul. Nesse documento, o Brasil, juntamente com a Argentina e o Paraguai, comprometeu-se a criar um mercado comum na região. Essa declaração estabeleceu as bases políticas e econômicas para a integração regional e formalizou a intenção dos países signatários de superar barreiras comerciais.

O Tratado de Assunção, assinado em 1991, foi um passo fundamental na consolidação do Mercosul. Além do Brasil, Argentina e Paraguai, o Uruguai também aderiu ao acordo. Esse tratado estabeleceu as bases legais para a formação do mercado comum, incluindo a eliminação gradual de tarifas e barreiras comerciais entre os membros.

A condução brasileira desempenhou um papel crucial e eficaz no desenvolvimento do Mercosul, notadamente devido ao substancial investimento em infraestrutura. O Brasil, como a maior economia do bloco, dedicou recursos significativos à construção e modernização de estradas, ferrovias, portos e outros meios de transporte que conectam os países membros.³

³ O Brasil investiu significativamente na melhoria e expansão da Rodovia da Integração do Sul, que inclui a BR-101 e a BR-116. Essas rodovias conectam o sul do Brasil com os países vizinhos, como Argentina e Uruguai, proporcionando uma via de transporte terrestre eficiente para o comércio regional;

A construção e manutenção da Ponte Internacional da Amizade, que liga Foz do Iguaçu, no Brasil, a Ciudad del Este, no Paraguai, é um exemplo emblemático de infraestrutura que facilita o comércio transfronteiriço. Essa ponte é uma importante via de acesso para o Paraguai e parte da Argentina, promovendo o intercâmbio comercial na região; O Porto de Santos, localizado em São Paulo, é o maior porto do Brasil e um dos mais movimentados da América Latina. Ele desempenha um papel crucial no escoamento das exportações e importações do país, incluindo produtos destinados aos países do Mercosul. Sua infraestrutura é fundamental para o transporte marítimo eficiente na região; Embora não esteja diretamente ligada ao Mercosul, a Ferrovia Norte-Sul, que se estende por vários estados do Brasil, tem potencial para facilitar o transporte de mercadorias em toda a região. Essa ferrovia é vista como uma peça-chave na expansão da infraestrutura ferroviária na América do Sul, o que pode beneficiar o comércio regional no futuro; O Brasil também possui diversos aeroportos internacionais, como o Aeroporto de Guarulhos (São Paulo) e o Aeroporto Internacional de Galeão (Rio de Janeiro), que desempenham um papel fundamental na conectividade aérea com os países do Mercosul, facilitando o transporte de cargas e passageiros.

Esse compromisso com a infraestrutura permitiu a facilitação do comércio intrabloco, tornando o transporte de bens mais eficiente e viável.⁴ Além disso, essa condução se traduziu em uma maior coordenação entre os países membros, promovendo um ambiente propício para a integração econômica e fortalecendo a posição do Mercosul como um bloco relevante nas relações internacionais.

De acordo com Guimarães (2012), é necessário insistir na importância da coesão política devido ao cenário atual do sistema internacional, onde uma ampla gama de questões é decidida por meio de negociações entre nações. Temas que, em tempos passados, eram da competência dos parlamentos nacionais agora são objeto de negociações em âmbito internacional. Países que enfrentam essas negociações isoladamente têm uma influência significativamente menor. Nas palavras de Almeida (p.3, 2013), “o regionalismo não interessa apenas ao comércio internacional; eles são componente indissociável da economia mundial contemporânea. Atualmente, e de forma crescente, grande parte do comércio internacional ocorre entre blocos regionais ou acordos comerciais de integração”.

Compreende-se, a partir do exposto, que o uso do termo América do Sul no discurso brasileiro indica uma tentativa de fortalecer os laços e a cooperação com os países vizinhos, visando promover uma maior integração regional e reforçar a importância do bloco econômico do Mercosul na consolidação da identidade e atuação conjunta dos países sul-americanos.

⁴ A Argentina é um dos principais parceiros comerciais do Brasil no Mercosul. Ao longo das décadas, o comércio bilateral entre Brasil e Argentina tem crescido significativamente, impulsionado pela eliminação de barreiras tarifárias e pelo estreitamento das relações econômicas entre os dois países. Essa intensificação do comércio demonstra o papel do Brasil como motor da integração econômica intra regional; O Brasil tem sido um defensor ativo da assinatura de acordos setoriais e de cooperação no âmbito do Mercosul. Isso inclui acordos para facilitar o comércio de bens e serviços específicos, como automóveis, produtos agrícolas e tecnologia da informação. Esses acordos buscam eliminar obstáculos comerciais e promover a interconexão das economias da região; empresas brasileiras têm desempenhado um papel fundamental na expansão das cadeias de valor regionais. Por exemplo, a indústria automobilística brasileira estabeleceu operações e parcerias na Argentina e no Uruguai, criando uma rede de produção e exportação de veículos que beneficia todos os membros do Mercosul; O Brasil desempenha um papel crucial na integração energética regional. Por meio do fornecimento de eletricidade, como a energia de Itaipu para o Paraguai, o Brasil promove a cooperação energética no bloco, contribuindo para o desenvolvimento econômico de seus vizinhos; O Brasil tem trabalhado para simplificar e agilizar os procedimentos de importação e exportação no Mercosul. Isso inclui a implementação de sistemas de janela única para facilitar o comércio e reduzir os custos logísticos, o que beneficia todo o bloco.

4 METODOLOGIA

A hipótese desta pesquisa, de cunho descritivo, postula que a mudança de discurso pela diplomacia brasileira representa uma estratégia para fortalecer os laços e cooperação com países vizinhos, buscando promover uma maior integração regional na América do Sul. Para testar essa hipótese, seguir-se-á as diretrizes metodológicas de King, Keohane e Verba (1994), desenvolvendo proposições causais claras e definindo os conceitos-chave relacionados ao discurso diplomático do Brasil.

4.1 Abordagem Metodológica

A presente pesquisa utilizará uma abordagem metodológica que combina técnicas quantitativas e qualitativas para analisar a variação longitudinal dos usos do conceito de América do Sul no discurso diplomático brasileiro para o Mercosul. Para tal, será usado o modelo analítico proposto por Bardin (2011), que visa transformar o conteúdo de diferentes materiais textuais em dados quantitativos e formular deduções lógicas por meio de análise qualitativa.

A Análise de Conteúdo é um método de pesquisa que permite extrair significados, padrões e inferências a partir de materiais textuais, como entrevistas, discursos, artigos, documentos e outros tipos de textos. O modelo de Bardin (2011) propõe uma estrutura sistemática para realizar essa análise de forma consistente e confiável.

Neste estudo, será utilizado o software IRAMUTEQ, uma ferramenta especializada em análise de dados qualitativos, para investigar os padrões e as tendências presentes nos dados textuais coletados. A escolha pelo IRAMUTEQ baseia-se na sua reconhecida eficácia e confiabilidade na análise de grandes volumes de texto, permitindo-nos explorar de forma abrangente e detalhada as nuances desta pesquisa. Em suma, possibilitará a categorização e o agrupamento dos dados textuais em unidades temáticas relevantes para os objetivos desta pesquisa.

Reconhecendo a importância da replicabilidade e da transparência na pesquisa científica mencionada por Garry King (1994), todos os dados deste estudo serão disponibilizados no [Google Drive](https://drive.google.com/drive/folders/1Esuixxz4TsTz5Fcwazean7cXUkR5I0dr), disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1Esuixxz4TsTz5Fcwazean7cXUkR5I0dr> facilitando o acesso e a verificação dos resultados por outros pesquisadores. A divulgação completa dos procedimentos metodológicos e dos resultados obtidos, bem como o compartilhamento dos

dados brutos, tornará a pesquisa passível de verificação e validação por outros pesquisadores, fomentando o debate acadêmico e a consolidação do conhecimento na área de estudo. A disponibilização dos dados no [Google Drive](#) visa também a promover a reprodutibilidade desta pesquisa, permitindo que outras investigações possam basear-se nesses dados e replicar essas análises, contribuindo para a robustez e a confiabilidade do conhecimento científico.

A utilização de abordagens de métodos mistos é fundamental para mitigar qualquer viés inerente a estudos que utilizam abordagens singulares. A literatura destaca a importância da combinação de métodos, uma vez que isso promove a ideia de confirmação e complementaridade entre os resultados (Jick, 1979; Morse, 2003). Assim, adotando uma perspectiva confirmatória, quando os efeitos observados são convergentes por meio do uso de diferentes técnicas, os resultados da pesquisa se tornam mais consistentes.

Nesta pesquisa, as ideias desempenham um papel crucial na formulação da política externa, e a análise de conteúdo é proposta para examinar empiricamente essas ideias juntamente com os interesses dos atores envolvidos. Ao considerar quem discursa, para quem se discursa, em qual lugar e com qual objetivo se discursa, é possível identificar as ideias e interesses presentes nas políticas externas. Keohane e Goldstein (1993) destacam o poder causal das ideias, argumentando que elas não apenas refletem a estrutura de poder ou interesses materiais, mas também influenciam e moldam escolhas políticas.

4.2 O Desenho de Pesquisa e a Operacionalização das Variáveis

O modelo de tabela a seguir organiza o processo metodológico de acordo com as etapas propostas por Bardin (2011), possibilitando a execução sistemática da pesquisa e análise de dados. Vale ressaltar que, dependendo do desenvolvimento da pesquisa, algumas etapas podem ser mais detalhadas ou sofrer adaptações específicas.

Quadro 1 - Etapas da primeira fase de análise, na qual consiste em definir o portfólio final a ser estudado.

1. Pré análise	Descrição
1.1 Quantificar discursos	Contar quantos discursos foram encontrados nos documentos "Resenha de Política Exterior".
1.2 Triagem dos discursos	Remover discursos não alinhados com o objetivo da pesquisa.

1.3 Definir a elegibilidade	Estabelecer critérios de exclusão e inclusão para os discursos. Desempate baseado em ano, fator de impacto e citações.
1.4 Definir o corpus estático	Selecionar o conjunto de discursos para análise.
1.5 Definir o corpus dinâmico	Realizar revisão bibliográfica para obter dados relevantes.
1.6 Portfólio final	Criar um conjunto final de dados para análise.

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Quadro 2 - Etapas da fase de manipulação do material a ser analisado.

2. Exploração do material	Descrição
2.1 Codificação aberta e manual	Ler todos os documentos na íntegra e identificar as unidades de registro (códigos) e as unidades de contexto (trechos que explicam os códigos).
2.2 Identificar termos recorrentes	Encontrar as palavras mais usadas.
2.3 Codificação automática	Utilizar um programa para identificar sinônimos e associá-los aos códigos pré-definidos.
2.4 Categorização qualitativa	Agrupar as unidades de registro de forma qualitativa usando critérios como semelhança semântica e lexical, objetivos convergentes, associações e equivalência.

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Quadro 3 - Etapas da análise crítica dos resultados obtidos.

3. Tratamento dos resultados	Descrição
3.1 Descrição e interpretação	Analisar as diferentes fontes de dados e realizar análise cruzada entre elas.
3.2 Transformação em dados quantitativos	Converter dados qualitativos em dados quantitativos por meio de contagem, classificação ou outras técnicas estatísticas.
3.3 Lógica descritiva	Realizar descrições lógicas com base nos resultados obtidos na análise.

Fonte: Elaboração própria, 2023.

4.3 Os dados

A escolha pelos pronunciamentos oficiais dos presidentes é justificada por considerá-los como uma estrutura social moldada pelos processos de prática social. Esses pronunciamentos são vistos como uma ferramenta de análise das ações dos atores burocraticamente encarregados da prática política, como Presidentes, Ministros de-Estado e outros (Hermann, 1990). Assim, entende-se que a fala discursiva é socialmente construída e moldada pelos processos da prática social, sendo possível utilizá-la como uma ferramenta de análise para compreender as mudanças nos objetivos dos governos e, principalmente, as ideias que geram o escopo interpretativo para as ações dos atores encarregados da tomada de decisão, revelando suas "crenças com princípios".

Em relação às fontes de pesquisa, serão utilizadas: a primária e a secundária. A coleta das fontes primárias será realizada por meio dos documentos semestrais disponibilizados pelo Departamento de Comunicações e Documentação do Itamaraty, especificamente as "Resenhas de Política Exterior do Brasil". Essas resenhas abrangem um conjunto extenso de discursos, artigos, entrevistas, notas, acordos, tratados e outros documentos textuais proferidos por presidentes, vice-presidentes, embaixadores, secretários e ministros de relações exteriores.

Já as fontes secundárias, serão utilizados livros que abarquem: a) a tradição teórica desta pesquisa; b) o recorte temporal da pesquisa e apresente os autores que escreveram sobre o tema desta pesquisa; c) os estágios e as decisões metodológicas que definiram o modo com o qual os dados aqui expostos foram manuseados e examinados.

Na análise quantitativa dos dados textuais, será realizada uma mineração de texto nas resenhas, identificando as menções ao conceito de América do Sul ao longo do período de 2003 a 2011. Isso permitirá estimar a frequência do uso desse conceito e identificar padrões temporais, continuidades e rupturas na sua utilização ao longo do tempo. Para tanto, importa apenas a quantidade de vezes em que os termos aparecem nos documentos e a relação existente entre cada documento, o que permite realizar cálculos de distância e similaridade documental (Feldman; Sanger, 2006; Kwartler, 2017).

Parte-se do pressuposto de que existe uma correlação entre a quantidade de vezes em que determinados termos são mencionados em um texto e a intenção do emissor em priorizar ou silenciar os assuntos relacionados a esse termo (Weber, 1999).

A partir das informações extraídas dos documentos e das análises quantitativa e qualitativa, serão descritas conclusões e interpretações sobre como o conceito de América do

Sul foi operacionalizado pelo corpo presidencial brasileiro para a institucionalização do Mercosul, considerando as políticas e discursos ao longo do período estudado.

Essa abordagem metodológica visa fornecer uma visão abrangente e multifacetada do tema proposto, permitindo uma compreensão mais completa dos usos do conceito de América do Sul e seu impacto na construção da identidade regional na América do Sul e no fortalecimento do Mercosul.

4.4 As técnicas

Para a aplicação da metodologia supracitada, será utilizada a técnica Análise Hierárquica Descendente (AHD) para codificar e analisar os dados - a AHD é uma ferramenta importante na análise de conteúdo e podem ser utilizadas em conjunto para uma análise mais completa dos dados (Bardin, 2011).

A Análise Hierárquica Descendente é uma técnica de classificação que busca organizar os dados em categorias hierárquicas, ou seja, em grupos que possuem relações de inclusão e exclusão. Ela é especialmente útil quando se tem um grande número de dados e se deseja agrupá-los em categorias menores e mais específicas. A AHD é um processo iterativo, no qual os dados são analisados e agrupados em categorias cada vez mais abrangentes. A AHD permite uma organização sistemática dos dados, facilitando a análise e a identificação de padrões, tendências e relações entre as diferentes categorias (Soares; Meneguello; Oliveira; Mattos, 2011).

O teste de correlação - importante para responder a perguntas específicas sobre como as variáveis estão relacionadas e se essa relação é significativa - que será utilizado nesta pesquisa no processo de teste da hipótese será o Qui-Quadrado. Este é usado para avaliar se existe uma associação significativa entre duas ou mais variáveis categóricas. Ele gera um valor de qui-quadrado, que é uma medida da discrepância entre as frequências observadas e esperadas, caso não haja associação entre as variáveis. (Agresti, 2018; Field, 2013; Finlay, 2018).

5 RESULTADOS

5.1 Análise lexicográfica do governo Lula (2003-2011): implicações para o Mercosul

Os dados estatísticos revelam uma análise abrangente do corpus em questão, que compreende um total de 78 textos distribuídos em 3565 segmentos textuais. Este corpus apresenta uma riqueza linguística considerável, com 10320 formas distintas e um impressionante número de ocorrências, totalizando 127409. Além disso, o corpus demonstra uma variedade lexicográfica ao conter 5990 lemas únicos e 5678 formas ativas. Dentre essas, 2587 formas ativas têm uma frequência igual ou superior a 3, evidenciando a diversidade vocabular.

A média de formas por segmento é de aproximadamente 35.74, destacando a complexidade da língua estudada. Além disso, a classificação de 82.83% dos 3565 segmentos em cinco classes distintas adiciona uma camada de organização à análise do corpus. Esses números fornecem uma visão abrangente das características linguísticas do corpus em estudo.

Os 78 textos selecionados para análise foram escolhidos com base em um critério específico, sendo necessário que fossem monotemáticos, abordando os temas de regionalismo, cooperação, desenvolvimento e integração, dentro do contexto geográfico da América. Estes textos foram extraídos de um conjunto de 9 a 10 discursos por ano proferidos pelo Presidente Lula ao longo dos seus 8 anos de governo (2003-2011). A escolha criteriosa desses discursos, que focam nesses temas e região geográfica, proporciona uma perspectiva mais aprofundada e especializada na análise dos aspectos de regionalismo e cooperação na América Latina sob a liderança do Presidente Lula.

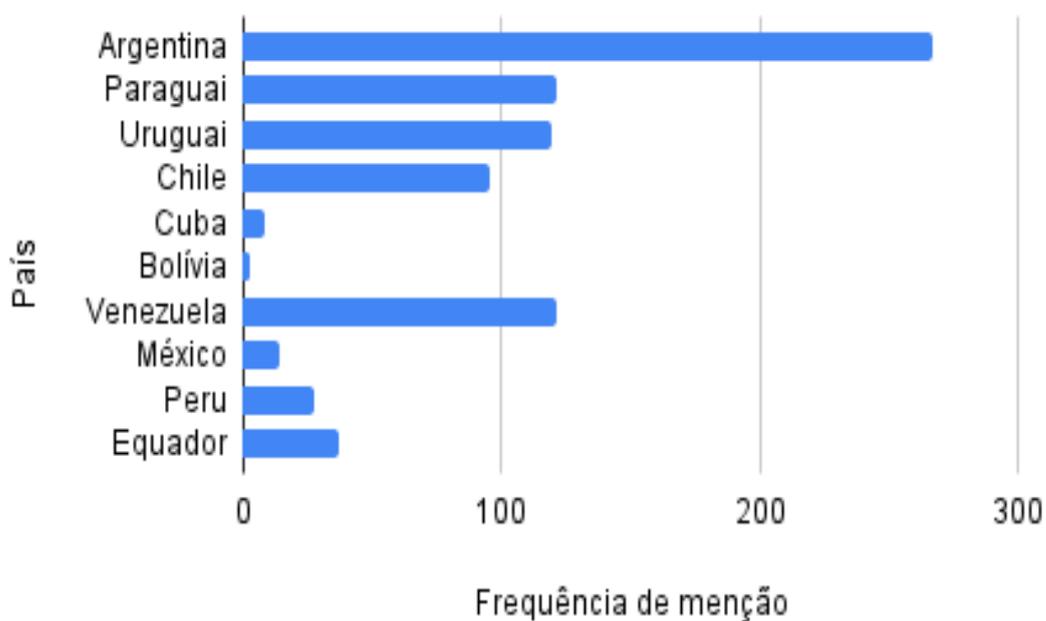
A análise das frequências de termos utilizados nos 78 textos selecionados revela uma diferença notável na ênfase dada ao termo "América do Sul" em comparação com "América Latina". O termo "América do Sul" foi citado um total de 497 vezes, enquanto "América Latina" foi mencionado 147 vezes. Isso corresponde a uma diferença estatisticamente significativa, representando uma proporção de aproximadamente 77% para "América do Sul" e 23% para "América Latina" em relação ao total de ocorrências entre esses dois termos. Essa disparidade sugere um foco maior nas questões regionais e geográficas específicas da América do Sul nos discursos do Presidente Lula, possivelmente refletindo a importância dessas temáticas em seu governo e sua visão política.

Além disso, a análise das frequências de menção aos países do Mercosul revela um enfoque considerável nos países membros desse bloco econômico. A Argentina, o Paraguai e

o Uruguai, juntos, foram citados um total de 507 vezes, destacando a relevância dessas nações nas discussões e discursos do Presidente Lula. Por outro lado, outros países da América Latina, como Bolívia, Cuba, Colômbia, México e Equador, receberam 183 menções, indicando uma diferença significativa no tratamento discursivo.

Gráfico 1: Frequência de menção versus países mencionados

Frequência de menção versus País



Fonte: elaboração própria, 2023.

A análise dos dados textuais e a representação gráfica revelam uma conexão evidente entre as referências aos países e o processo de integração. Isso se torna particularmente visível quando se observa que os países mais mencionados são justamente aqueles com os quais o Brasil tem empreendimentos de integração. Essa correlação não só confirma, mas também aprofunda a relação entre a política externa brasileira e os seus parceiros regionais.

Essa análise estatística dos discursos do Presidente Lula evidencia um claro direcionamento das prioridades temáticas do Brasil nos fóruns de discussões multilaterais. A concentração de menções aos países do Mercosul, em particular à Argentina, Paraguai, Uruguai e à Venezuela, sugere uma ênfase significativa nas relações e questões envolvendo nações da América do Sul. Isso indica que o Brasil, sob a liderança do Presidente Lula, direcionou sua atenção e estratégias diplomáticas de maneira mais acentuada para seus

vizinhos sul-americanos, destacando a importância da integração e cooperação regional como parte das prioridades políticas e econômicas do país nesse contexto.

É particularmente interessante notar que a Venezuela foi o segundo país mais mencionado nos discursos, com um total de 124 ocorrências, ficando apenas atrás da Argentina, que teve 267 menções. A alta frequência de menções à Venezuela nos textos se torna ainda mais significativa quando se considera que a entrada desse país no bloco do Mercosul ocorreu logo após o período analisado, em 2012. Isso sugere que as referências à Venezuela nos textos podem ter sido prenúncio ou reflexo das negociações e acordos diplomáticos que culminaram na sua entrada no bloco.

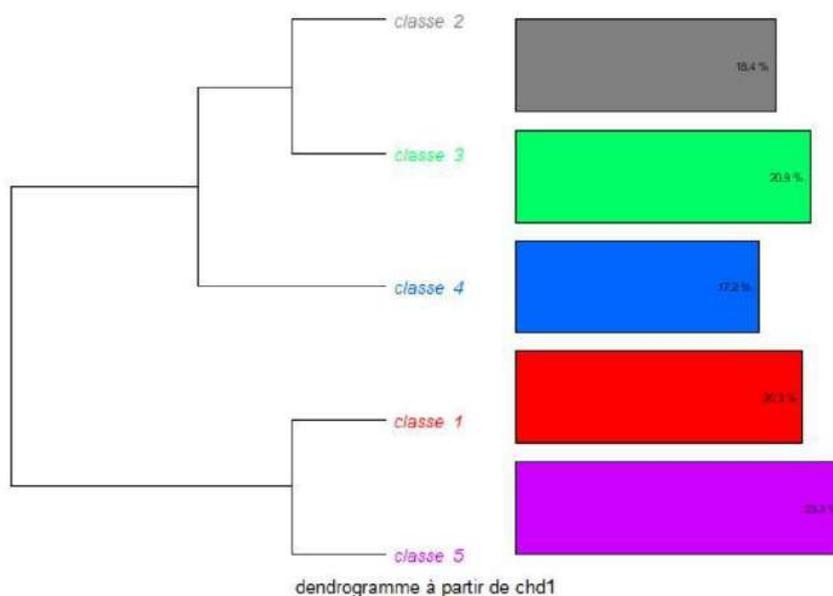
A forte presença da Venezuela nas referências dos discursos indica que a diplomacia e a integração regional desempenharam um papel de destaque na política externa do Brasil durante o período analisado. Isso sublinha a importância da análise textual na compreensão das dinâmicas políticas e diplomáticas, uma vez que ajuda a identificar tendências e correlações significativas entre as referências a países e os desenvolvimentos políticos e econômicos na região.

5.2 Lexicografia das classes geradas pelo software

O processo de formação de dendrograma no software IRAMUTEQ inicia-se com a preparação dos textos, incluindo a coleta e organização dos documentos, seguida do pré-processamento textual para eliminar ruídos e padronizar o formato. Em seguida, uma análise lexical é realizada para identificar palavras-chave em cada segmento de texto, resultando em uma matriz que representa a frequência de ocorrência de palavras. A classificação hierárquica é, então, aplicada para agrupar os textos com base em similaridade semântica, e o dendrograma é gerado para representar graficamente esses agrupamentos.

O dendrograma é dividido em diferentes níveis para criar classes, com cada classe agrupando segmentos de texto que compartilham semelhanças. A atribuição de segmentos às classes é feita com base na proximidade semântica. Essa abordagem permite a análise e interpretação eficiente dos dados textuais, revelando padrões temáticos e relações entre os textos, tudo isso de forma integrada no software Iramuteq.

Quadro 4: dendrograma gerado pelo software IRAMUTEQ

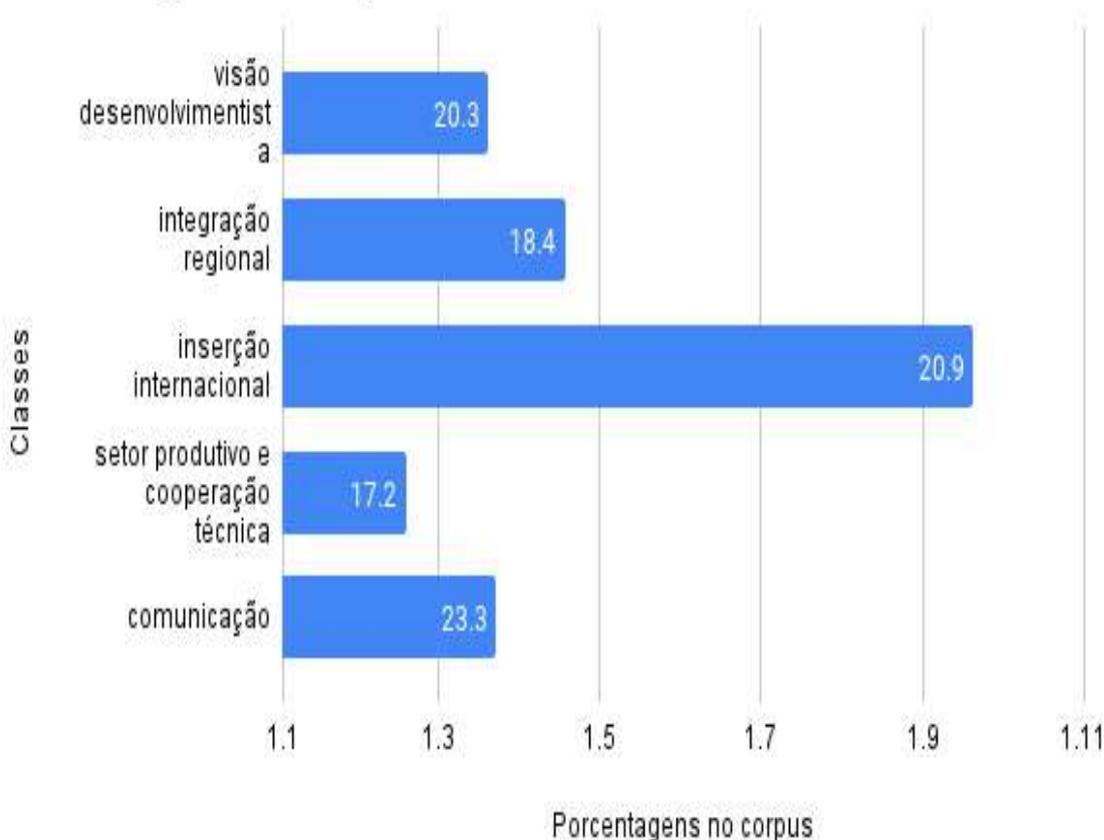


Fonte: IRAMUTEQ, 2023.

Os nomes atribuídos às classes, de competência do pesquisador, foram cuidadosamente escolhidos com base em uma análise minuciosa dos segmentos de textos que fazem parte de cada uma delas. A seleção dos nomes levou em consideração as palavras-chave e os temas recorrentes presentes nos textos agrupados em cada classe. Isso garantiu que os nomes refletissem de maneira precisa e significativa o conteúdo predominante de cada conjunto de textos. Ao examinar os segmentos textuais pertencentes a cada classe, foi possível identificar os principais elementos e conceitos que os caracterizavam. Essa análise detalhada permitiu a criação de rótulos que resumissem de forma sucinta e descritiva os principais tópicos tratados em cada classe.

Gráfico 2: Porcentagem das classes derivadas do corpus textual

Porcentagens no corpus versus Classes



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Assim, tem-se as seguintes classes:

- Classe 1: "Visão Desenvolvimentista" - Esta classe engloba textos que abordam as necessidades e aspirações do Brasil e de outros países para seu progresso. Os termos frequentemente mencionados, como "coisa", "porque", "gente", "vender", "preciso", "comprar" e "produzir", refletem uma perspectiva voltada para o desenvolvimento econômico e social.
- Classe 2: "Integração Regional" - Esta classe está relacionada a empreendimentos de integração regional, com foco em palavras-chave como "Mercosul", "união", "integração", "sul-americano", "comunidade", "acordo" e "institucional". Ela enfatiza a importância da cooperação regional e acordos multilaterais.
- Classe 3: "Inserção Internacional" - Textos pertencentes a esta classe abordam questões de inserção internacional, com palavras-chave como "internacional",

"social", "desenvolvimento", "crescimento", "estabilidade", "paz", "multilateralismo" e "democracia". Reflete a ênfase na política externa e na inserção internacional.

- d) Classe 4: "Setor Produtivo" - Nesta classe, a discussão gira em torno do setor produtivo e cooperação técnica, com palavras-chave como "energia", "produtivo", "investimento", "exportação", "tecnologia" e "emprego". Ela está relacionada a iniciativas de desenvolvimento econômico e parcerias técnicas.
- e) Classe 5: "Comunicação" - Esta classe diz respeito à comunicação, questões linguísticas e diplomáticas, destacando palavras-chave como "dizer", "presidente", "companheiro", "Chávez", "Nicanor" e "eleição". Ela enfoca a retórica, a diplomacia e a interação entre líderes e países.

Tabela 1: Formas léxicas mais mencionadas em cada classe

Classes	Palavra	%	χ^2
VISÃO DESENVOLVIMENTISTA	porque	59.74	241.27
	gente	64.48	235.67
	pobre	52.58	64.68
	preciso	57.58	58.06
	comprar	82.61	55.68
	produzir	65.12	54.24
	aprender	73.33	52.73
	conseguir	64.86	46.05
	crescer	48.0	36.56
acreditar	50.0	32.31	
INTEGRAÇÃO REGIONAL	mercosul	61.28	549.26
	integração	44.38	171.12
	bloco	66.67	128.99
	sul	39.82	112.78
	comunidade	56.25	94.48
	institucional	78.12	76.73
	negociação	51.47	50.59
	consolidação	76.19	46.97
	América regional	32.4	35.51
41.94	35.33		
INSERÇÃO INTERNACIONAL	internacional	70.13	238.91
	desenvolvimento	53.49	150.75
	crescimento	61.48	141.4
	estabilidade	93.1	92.59
	democrático	70.91	85.04
	inclusão	86.67	79.5
	desafio	56.0	77.42
	desigualdade	86.21	75.76
	multilateralismo	94.12	55.58
distribuição	70.37	40.46	
SETOR PRODUTIVO	energia	78.21	209.87
	produtivo	64.63	133.62
	investimento	56.38	104.98
	exportação	76.47	85.06
	obra	77.42	79.97
	tecnologia	72.22	77.67
	emprego	52.44	73.78
	cooperação	44.44	63.73
	industrial	72.41	62.85
educação	60.98	56.1	
COMUNICAÇÃO	dizer	61.43	196.87
	presidente	53.57	195.07
	companheiro	64.96	139.93
	reunião	61.79	106.7
	Chávez	80.39	94.87
	mandato	72.55	70.61
	eleição	74.42	83.96
	argentino	41.18	42.93
	discurso	65.0	39.56
participar	52.56	38.53	

Fonte: Elaboração própria, 2023.

O símbolo "%" é usado para representar o percentual de segmentos de texto que contêm uma forma lexical correspondente (uma palavra) a uma classe específica em uma análise de texto. Esse cálculo é importante para determinar a relevância e a associação de palavras a uma classe. A fórmula para calcular esse percentual é a seguinte: o número de segmentos de texto que têm a forma lexical e também pertencem a uma classe específica é dividido pelo número total de segmentos de texto que contêm a forma lexical.

O valor "x" é o qui-quadrado, uma medida estatística que expressa a relação entre uma palavra e a classe. Para que essa relação seja considerada significativa, o valor de "x" deve ser maior que 3.84. Quanto maior for o valor de qui-quadrado, mais forte é a associação da palavra com a respectiva classe, indicando que a palavra desempenha um papel relevante e distintivo naquele contexto específico. Portanto, ao observar um alto valor de "x," podemos inferir que a palavra está fortemente associada à classe, tornando-se um elemento-chave na identificação dos tópicos e temas predominantes nessa categoria de textos.

Ao examinar as palavras predominantes em cada classe, é possível traçar um retrato das prioridades e focos do presidente durante seu tempo no cargo. Isso permite uma compreensão mais profunda das principais preocupações e diretrizes da liderança do período em questão, contribuindo para uma análise mais rica e contextualizada das políticas e abordagens adotadas. Dessa forma, a análise das palavras-chave em cada classe oferece uma visão detalhada das ênfases temáticas do presidente, ajudando a decifrar a agenda política e os temas centrais de sua governança. Isso, por sua vez, possibilita uma compreensão mais completa do contexto político e das estratégias adotadas durante o período analisado.

É notável que, para esta pesquisa, o foco central esteja direcionado para as classes 2 e 3, que revelam uma relação intrínseca entre a retórica presidencial e a política externa do Brasil. Os termos mais recorrentes na retórica presidencial na Classe 2, como "Mercosul," "América do Sul," "integração," e "instituição," indicam um compromisso significativo com os empreendimentos de integração regional e com a promoção do Mercosul como uma instituição-chave nas relações do Brasil com os países sul-americanos.

Por outro lado, a Classe 3 enfatiza palavras-chave como "desenvolvimento", "crescimento", "estabilidade" e "multilateralismo". Essas palavras indicam um forte foco na inserção internacional, com ênfase nas questões sociais e econômicas, desenvolvimento, estabilidade e paz, bem como na abordagem multilateral em diplomacia.

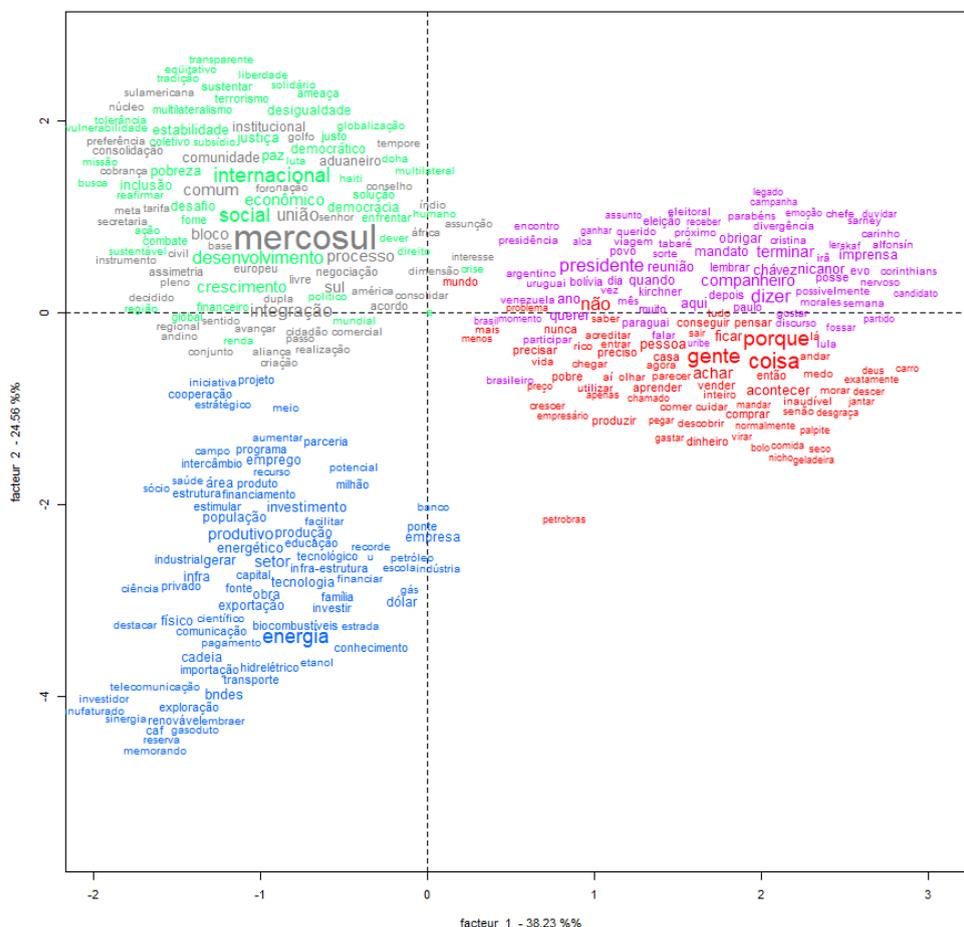
A correlação entre essas duas classes é evidente, sugerindo que o Brasil utiliza termos como "América do Sul" e "integração" como parte de sua estratégia para validar questões relacionadas à inserção internacional. Isso indica que o país vê sua participação no Mercosul e na promoção da integração regional como meios eficazes de alcançar seus objetivos de inserção internacional, ao mesmo tempo em que enfatiza seu compromisso com questões sociais, econômicas e de estabilidade na região. Essa análise ressalta a importância da retórica presidencial na projeção da política externa do Brasil e na construção de sua imagem internacional.

O gráfico a seguir ilustra a interconexão entre as classes, proporcionando uma visão das relações e associações temáticas entre elas. Esse gráfico, conhecido como Gráfico de Forma Ativa na Análise Fatorial de Correspondência (AFC), destaca a proximidade semântica entre as classes, revelando como os segmentos de texto agrupados em cada classe compartilham palavras-chave e temas relacionados.

A Classificação Hierárquica Descendente (CHD) é uma técnica estatística utilizada na análise de dados textuais, que visa agrupar segmentos de texto com base em similaridades semânticas. Um dos produtos resultantes da CHD é a Análise Fatorial de Correspondência (AFC), que é uma técnica de redução de dimensionalidade que permite representar os dados textuais em um espaço bidimensional, onde as relações entre termos e categorias são visíveis e interpretáveis.

A AFC gera quatro gráficos principais, cada um com uma perspectiva diferente dos dados. Para esta pesquisa, destaca-se o "Gráfico de Forma Ativa", que distribui as formas lexicais (palavras) no espaço fatorial com base nas classes. Isso significa que as palavras são posicionadas de acordo com sua relação com as classes, tornando visíveis as palavras-chave que são mais relevantes para cada classe. Analisar o Gráfico de Forma Ativa é de grande interesse para esta pesquisa, pois ele permite identificar quais palavras estão mais fortemente associadas a cada classe, destacando as principais características temáticas e tópicos de discussão em cada categoria de texto.

Gráfico 3: Variáveis ativas da Análise Fatorial de Correspondência



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Ao observar como as formas lexicais se agrupam nas proximidades de determinadas classes no espaço fatorial, pode-se discernir quais palavras desempenham papéis centrais e distintivos em cada contexto. Essa análise auxilia na compreensão das ênfases temáticas e contribui para uma interpretação mais aprofundada dos resultados da análise textual.

Quando duas classes estão bem interconectadas na AFC, isso sugere que essas classes compartilham um número significativo de palavras-chave em comum. Essa interconexão indica uma proximidade semântica ou temática entre as classes no contexto da análise de dados textuais. Em termos práticos, isso significa que os segmentos de texto pertencentes a essas classes têm um conjunto substancial de palavras em comum, o que pode indicar que

essas classes tratam de tópicos ou questões relacionadas de forma semelhante. As palavras-chave compartilhadas atuam como pontes entre as classes, destacando uma sobreposição temática entre elas.

A correlação entre as classes "Integração Regional" e "Inserção Internacional" é claramente perceptível e aponta para uma relação intrínseca entre esses dois temas na análise dos textos. Essa correlação sugere que o Brasil emprega termos semelhantes ou fortemente associados quando se refere tanto à sua inserção internacional quanto à integração regional. Mais notavelmente, quando se faz menção à "inserção internacional," ocorre frequentemente a co-ocorrência desses termos com referências específicas à "integração regional," em particular com o Mercosul.

Essa associação entre os termos evidencia a estratégia do Brasil de vincular a sua inserção internacional aos processos de integração regional, destacando o papel proeminente do Mercosul como parte fundamental dessa abordagem. A correlação entre as classes reflete a ênfase da retórica presidencial na importância da cooperação regional como um veículo para alcançar seus objetivos de inserção internacional, revelando uma estreita interconexão entre essas duas dimensões da política externa do Brasil.

6 CONCLUSÃO

A análise das questões epistemológicas na política externa é de extrema relevância para a compreensão da natureza das decisões e estratégias adotadas pelos atores estatais em suas relações internacionais. Isso se aplica igualmente à diplomacia presidencial e à política externa do Brasil no contexto do Mercosul e da América do Sul, conforme discutido na pesquisa.

Em primeiro lugar, é fundamental reconhecer que as decisões de política externa não são tomadas no vácuo, mas sim fundamentadas em premissas epistemológicas subjacentes. Isso inclui as crenças, valores, interpretações da realidade internacional e quadros conceituais que orientam a formulação e implementação de políticas.

No contexto da diplomacia presidencial de Lula (2003-2011) em relação à América do Sul, a ênfase na utilização do termo "América do Sul" nos discursos presidenciais revela uma premissa epistemológica que prioriza as dimensões regionais e geográficas em oposição a uma visão mais ampla da "América Latina". Essa escolha epistemológica reflete a crença de que os interesses e desafios do Brasil estão mais estreitamente ligados à sua vizinhança sul-americana.

Além disso, a pesquisa identificou uma estreita correlação entre o uso dos termos "América do Sul" e "integração". Isso sugere uma segunda premissa epistemológica, na qual o Brasil vê a integração regional como um instrumento eficaz para alcançar seus objetivos de inserção internacional. Essa premissa é baseada na crença de que a cooperação e integração regional podem fortalecer a posição do Brasil no cenário global, ao mesmo tempo em que promovem a estabilidade e o desenvolvimento na América do Sul.

Essas premissas são essenciais para a compreensão das estratégias de política externa adotadas no período em questão. Elas moldam a interpretação da realidade internacional, a avaliação de riscos e oportunidades, e a definição de objetivos. A análise das questões epistemológicas na política externa brasileira revela, portanto, como a visão de mundo dos líderes políticos e das instituições governamentais influencia as políticas adotadas, o que, por sua vez, impacta a evolução do Mercosul e as relações do Brasil com a América do Sul.

No contexto da pesquisa, a identificação e análise desses quadros conceituais permitem uma compreensão mais profunda das raízes e motivadores das políticas de integração regional e a importância dada ao Mercosul no período de 2003 a 2011.

O Mercosul foi fundado em 1991 por meio do Tratado de Assunção, que uniu o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai em um esforço conjunto para promover a integração

econômica e a cooperação regional. O bloco representou um marco na história da integração regional na América do Sul, uma vez que não só buscava a liberalização do comércio, mas também abordava questões políticas e sociais, visando a uma maior integração entre os países membros.

A diplomacia presidencial desempenhou um papel crítico na formação do Mercosul, e isso se torna particularmente evidente quando analisamos a influência dos líderes dos países membros. Nesse contexto, a figura dos presidentes desempenhou um papel de liderança na negociação, na tomada de decisões e na resolução de controvérsias. O presidente brasileiro na época, Fernando Collor de Mello, e o presidente argentino, Carlos Menem, tiveram um papel crucial na articulação das bases do Mercosul. A liderança desses presidentes foi fundamental para superar obstáculos e avançar na direção da integração.

No entanto, ao longo dos anos, a diplomacia presidencial continuou a desempenhar um papel central na consolidação do Mercosul. O governo de Luiz Inácio Lula da Silva de 2003 a 2011 merece destaque, uma vez que Lula manteve uma forte ênfase na integração regional e no fortalecimento do Mercosul. O uso frequente do termo "América do Sul" em seus discursos indicou um compromisso renovado com a região e um esforço para aprofundar a cooperação.

Portanto, a diplomacia presidencial desempenhou um papel fundamental na origem, formação e efetivação do Mercosul como um bloco regional. As lideranças dos presidentes brasileiros e argentinos, juntamente com outros líderes da região, influenciaram o processo de integração, contribuindo para a criação de um bloco econômico e político que teve um impacto significativo nas relações internacionais da América do Sul.

Com base na análise dos discursos e políticas adotadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no período de 2003 a 2011 em relação à América do Sul e ao Mercosul, é possível concluir que o uso frequente do termo "América do Sul" em contraposição a "América Latina" revela uma ênfase significativa nas questões regionais e geográficas específicas da América do Sul. Essa ênfase reflete não apenas a importância dessas temáticas no governo do Presidente Lula, mas também sua visão política e estratégica para a região. Nesse sentido, foi possível comprovar a hipótese inicial de que o uso frequente do termo "América do Sul" em contraposição a "América Latina" denotaria uma ênfase significativa nas questões regionais e geográficas específicas da América do Sul. Além disso, a correlação evidente entre os termos "América do Sul" e "integração" validou a hipótese de que o Brasil adota a integração regional como parte fundamental de sua estratégia de inserção

internacional, destacando o Mercosul como um veículo crucial para a realização dos objetivos de política externa do país.

Assim, a pergunta central da pesquisa, "como o uso do termo América do Sul foi utilizado nos discursos dos presidentes brasileiros para fortalecer o Mercosul?", foi respondida de forma conclusiva. Os resultados da análise dos discursos e políticas presidenciais demonstraram que o termo "América do Sul" não apenas denota uma ênfase nas questões regionais, mas também reflete a visão política do Brasil, destacando o compromisso com a integração regional e o papel proeminente do Mercosul na busca por objetivos de inserção internacional. Assim, a pesquisa oferece insights valiosos para compreender o papel da retórica presidencial na política externa brasileira e na evolução do Mercosul.

A correlação entre os termos "América do Sul" e "integração" indica que o Brasil adota a integração regional como parte essencial de sua estratégia de inserção internacional. Isso destaca o papel proeminente do Mercosul como um veículo crucial para a realização dos objetivos de política externa do Brasil. A retórica presidencial desempenha um papel fundamental na projeção da política externa do país e na construção de sua imagem internacional. A estreita interconexão entre a ênfase na cooperação regional e a busca por objetivos de inserção internacional enfatiza a importância da diplomacia presidencial e das palavras dos líderes na condução da política externa do Brasil, ressaltando o compromisso do país com a estabilidade, o desenvolvimento e a integração na América do Sul. Essas descobertas são fundamentais para compreender como a retórica presidencial influencia a evolução do Mercosul e as estratégias de política externa do Brasil na região.

Nesse sentido, a pesquisa oferece uma contribuição acadêmica ao explorar a influência das construções discursivas na dinâmica regional. Conforme Amorin (2007) discute, a diplomacia presidencial exerce importante papel de abordagens discursivas na política externa. Ele enfatiza a relevância de entender como os discursos e construções conceituais moldam as relações internacionais e ações do Brasil na região. Dessa forma, os resultados da análise de conteúdo, ancorados na perspectiva construtivista e na análise de política externa, poderão revelar como os discursos presidenciais moldam as relações de cooperação e integração na região, fornecendo insights sobre como as ideias e conceitos podem impulsionar ou limitar a ação política.

Do ponto de vista político, ao analisar a transição do uso do termo "América Latina" para "América do Sul" e suas implicações, o estudo esclarece a adaptação da política externa brasileira às dinâmicas regionais e globais em constante evolução (LAFER, 2001). Essa compreensão pode informar tomadores de decisão, formuladores de políticas e diplomatas

sobre as implicações práticas da retórica presidencial na busca de uma maior integração e cooperação regional. Além disso, identificando como os discursos presidenciais influenciam a forma como o Brasil interage com seus vizinhos, a pesquisa pode fornecer insights valiosos para a construção de estratégias de cooperação e integração mais eficazes. Isso pode contribuir para o desenvolvimento de políticas que promovam a estabilidade, o crescimento econômico e a colaboração mútua na região, beneficiando os cidadãos e as economias envolvidas.

REFERÊNCIAS

- ADLER, E. O Construtivismo no estudo das Relações Internacionais. **Lua Nova**, v. 47, n.1, p. 201-252, 1999.
- AGRESTI, A. **Categorical Data Analysis**. 3rd ed. Wiley, 2018.
- ALMEIDA, P. R. **Integração Regional: uma introdução**. São Paulo: Saraiva: 2013.
- . **O Mercosul no contexto regional e internacional**. Edição Aduaneiras, 1993.
- ARBILLA, J. M. Arranjos institucionais e mudança conceitual nas políticas externas brasileira e argentina (1989-1994). **Contexto Internacional**, v. 22, n. 2, p. 337-383, 2000.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. "As políticas neoliberais e a crise na América do Sul". **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 45, no. 1, 2002, pp. 135-146.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- Barrett, D. M. "Presidential foreign policy". In: DUMBRELL, J. *The making of US foreign policy* (with a chapter by David M. Barrett). Manchester/New York: Manchester University Press, 1990, p. 70.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Art. 4º
- CERVO, Amado. Paradigmas da política exterior: liberal-conservador, desenvolvimentista, neoliberal e logístico. In: CERVO, Amado. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. Editora Saraiva, 2008, p. 61-90.
- Cf. "Constituição Política do Império do Brasil, 25 de março de 1824". In: BONAVIDES, P.; AMARAL, R. *Textos políticos da História do Brasil*. Vol. 8. Constitucionalismo. Brasília: Senado Federal (Subsecretaria de Edições Técnicas), 1996, p. 183.
- CF/1988 nos artigos 49, inciso I e II, 52, inciso IV e 84, inciso VII, VIII, XIX.
- COUTO, Leandro Freitas. O horizonte regional do Brasil e a construção da América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 50, n. 1, p. 159–176, 2007.
- COX, R. W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millennium - Journal of International Studies**, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.
- DANESE, S. F. **A escola da liderança: Ensaio sobre a política externa e a inserção internacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- Declaração Conjunta sobre Política Nuclear de Foz de Iguaçu, 1985. <<http://www.abacc.org.br/?p=538>> Declaração Conjunta sobre Política Nuclear de Brasília, 1986. <<http://www.abacc.org.br/?p=559>>

«Divisão de Atos Internacionais». Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

FARRET, F. A. C.; PINTO, L. C. **Análise de Falhas em Sistemas de Potência**. 2ª ed. Editora Interciência, 2011.

FELDMAN, R., & SANGER, J. **Enhanced hypertext categorization using hyperlinks**. In *Proceedings of the ACM Conference on Hypertext and Hypermedia* (pp. 41-48), 2006.

FERES JR., João. **A história do conceito de “Latin America” nos Estados Unidos**. Bauru: Edusc, 2004.

FIELD, A. **Discovering Statistics Using IBM SPSS Statistics**. 4th ed. Sage Publications, 2013.

FINLAY, B. **Essentials of Biostatistics in Public Health**. 2nd ed. Jones & Bartlett Learning, 2018.

FLEMES, D. O Brasil na iniciativa BRIC: soft balancing numa ordem global em mudança. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. 1, p. 141-156, 2010.

GERTZ, R. (2001). Brasil e o Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 44(1), 126-149.

HOPF, T. The promise of constructivism in international relations theory. **International Security**, v. 23, n. 1, p. 171-200, 1998.

HUDSON, V. M. Foreign Policy Analysis: Actor-specific theory and the ground of International Relations. **Foreign Policy Analysis**, v. 1, n. 1, p. 1-30, 2005.

JICK, T. D. Mixing Qualitative and Quantitative Methods: Triangulation in Action. **Administrative Science Quarterly**, vol. 24, nº 4, p. 602-611, 1979.

KEOHANE, R. O.; GOLDSTEIN, J. S. Ideas and Foreign Policy: An Analytical Framework. In: GOLDSTEIN, J. S.; KEOHANE, R. O. (Eds.). **Ideas and Foreign Policy: Beliefs, Institutions, and Political Change**. Cornell University Press, 1993.

KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S. **Designing social inquiry**. New Jersey: Princeton University Press, 1994.

KING, G. **Replication, Replication**. PS: Political Science & Politics, 1994.

LAFER, C. (2001). A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira: Passado, Presente e Futuro. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 44(1), 6-39.

Letra de Carlos Manoel Muniz, para Diógenes Taboada, Rio de Janeiro, 27.01.60, reservada, n 1300, pp. 1-3. MRE/AH, lata: Brasil, 1961 a 1965.

LOCKE, John. **Ensaio acerca do Entendimento Humano**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MILANI, C. R. (2009). Política Externa Brasileira e a Construção da América do Sul: O Conceito de Autonomia pela Integração. **Contexto Internacional**, 31(1), 109-137.

KWARTLER, T. M. Textual data in qualitative research: How to make useful, reliable, and valid contributions. **Qualitative Inquiry**, 23(8), 606-613, 2017.

McDonald, F. "Sobre o caso U.S. v. Curtiss-Wright Corp." In: McDONALD, F., op. cit., p. 383; e SILVERSTEIN, G. "Judicial enhancement of executive power". In: PETERSON, P. E. (ed.). *The President, the Congress and the making of foreign policy*. Londres/Norman: University of Oklahoma Press, 1994, p. 27-30.

MERCOSUL. Antecedentes. Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

MORSE, J. M. Principles of Mixed Methods and Multimethod Research Design. In: TASHAKKORI, A.; TEDDLIE, C. (Eds.). **Handbook of Mixed Methods in Social and Behavioral Research**. SAGE Publications, 2003.

MIRANDA, S. P. **A integração da América do Sul no discurso da política externa brasileira (1992-2010)**. 2014. 237 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

NETO, W. A. D. The Evolution of Mercosur behaving as an international coalition. **Contexto Internacional**, v. 38, n. 382, p. 593-620, 2016.

NOLTE, D. How to compare regional powers: analytical concepts and research topics. *Review of International Studies*, v. 36, n. 4, p. 881-901, 2010.

_____; COMINI, N. M. UNASUR: regional pluralism as a strategic outcome. **Contexto Internacional**, v. 38, n. 2, p. 545-566, 2016.

OLIVEIRA, H. A. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

ONUF, N. Constructivism: a user's manual. In: KUBÁLKOVÁ, V.; ONUF, N.; PAUL KOWERT. **International Relations in a Constructed World**. New York: Routledge, 1998. p. 58-78.

Paul, T. V. (2005). *Soft Balancing in the Age of U.S. Primacy*. Nova York: Editora ABC.

PUTNAM, Robert D. Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. **International Organization**, v. 42, n. 3, p. 427-460, 1988.

PRADO, M. A. (2014). Integração sul-americana: análise da política externa brasileira. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, 3(6), 1-14.

SANTOS, L. C. V. G. A América do Sul no discurso diplomático brasileiro. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n. 2, p. 185-204, 2005.

_____. A América do Sul no discurso diplomático brasileiro. Brasília: FUNAG, 2014.
SANTOS, M. A presença brasileira na América do Sul: ações e instrumentos de política

externa. **Análisis Político**, v. 26, n. 77, p. 195-210, 2013.

RISSE, Thomas. *Social Constructivism and European Integration*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SCHMIDT, V. A. Reconciling ideas and institutions through discursive institutionalism. In: BÉLAND, D.; COX, R. H. **Ideas and Politics in Social Science Research**. Oxford University Press, 2011. p. 47–64.

SILVA, Leandro Augusto; PERES, Sarajane Marques; BOSCARIOLI, Clodis. **Introdução à mineração de dados: com aplicações em R**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

SOARES; MENEGHELLO; OLIVEIRA; MATTOS. **Análise de Conteúdo: Reflexões e Aproximações**. Editora Unijuí, 2011.

SOUZA, A. DE. **A agenda internacional do Brasil: A Política Externa Brasileira de FHC a Lula**. Rio de Janeiro: Elsevier: CEBRI, 2009.

SPEKTOR, M. Ideias de ativismo regional: a transformação das leituras brasileiras da região. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. 1, p. 25-44, 2010.

VIGEVANI, T. (2004). Integração regional e política externa: os governos FHC e Lula. **Estudos Avançados**, 18(52), 129-146.

WEBER, R. P. **Basic Content Analysis**. California: SAGE Publications, 1990.

WEHNER, L. E. Role expectations as foreign policy: South American secondary powers' expectations of Brazil as a regional power. **Foreign Policy Analysis**, v. 11, n. 4, p. 435-455, 2015.

WENDT, A. Collective identity formation and the international state. **The American Political Science Review**, v. 88, n. 2, p. 384-396, 1994.

_____. **Social theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.